

Fernando Calderón
Manuel Castells

A nova América Latina

Tradução:
Eliana Aguiar



Prefácio à edição brasileira

NOSSA PERSPECTIVA DE INVESTIGAÇÃO neste livro pretende conectar as transformações globais com as regionais e as nacionais. A questão é como a dinâmica global de poder afeta nossas sociedades e qual o impacto das mudanças nas sociedades latino-americanas em nível global. Por exemplo, quais são as consequências das novas relações econômicas e culturais com a China? Que impacto cultural têm os emigrantes internacionais latino-americanos tanto em seus países de origem, quanto na região, nos Estados Unidos ou na União Europeia, destinos para onde eles se dirigem, majoritariamente? Nossa perspectiva analítica é fundamentalmente empírica e sistemática, ou seja, analisamos as relações entre estruturas e atores sociais e seus sistemas de interesses e conflitos em contextos históricos determinados. Buscamos associar a ideia de uma história de “*longue durée*” com as inflexões históricas que a América Latina experimentou nas três últimas décadas. Nossa ideia foi colocar em relação estruturas, níveis, tempos, conjunturas e acontecimentos distintos, buscando, ademais, integrar sociedade, política, economia, cultura e meio ambiente. Demos maior destaque aos problemas e desafios regionais que às particularidades nacionais que foram, por certo, a base empírica e histórica deste empreendimento.

Hoje em dia, mais que nunca, as transformações estão associadas a uma crise global multidimensional que com certeza teve momentos diversos de inflexão associados 1) à recuperação da democracia, 2) ao neoliberalismo e 3) ao neodesenvolvimentismo. Definitivamente, a ideia de “continuidade histórica” nos permitiu compreender melhor as mudanças atuais. Nossos próprios trabalhos anteriores — como *Es*

sostenible la globalización en América Latina?, de Manuel Castells, ou *Sociedade sin atajos*, de Fernando Calderón e Mario R. dos Santos — e vários outros estudos importantes sobre globalização permitiram uma melhor compreensão empírica e sistemática da atual mudança. Nesse contexto, o principal desafio que enfrentamos foi descrever e analisar a emergência de uma nova sociedade latino-americana, ou seja, dar conta das transformações tecnoeconômicas e comunicacionais, como a emergência e a expansão de uma nova sociedade baseada em redes de informação e comunicação. No entanto, essa nova sociedade convive com a sociedade industrial e com os traços patrimonialistas e corporativos históricos, e nela continuam sendo centrais os chamados setores informais, ou marginais, da economia que estão construindo também, sobretudo os jovens, redes de informação e culturas de tecnossociabilidade que se expandem de muitas maneiras e em muitos sentidos.

O argumento que organiza o livro parte da análise das crises e das limitações tanto das orientações “neoliberais” quanto das “neodesenvolvimentistas” e suas consequências no Estado e no sistema político, que cada vez têm menos capacidade de administrar a complexidade das mudanças experimentadas, sobretudo agora, em tempos de pandemia. E conclui com uma análise complexa do colapso do “ator histórico” mais importante na América Latina: o Estado. Por fim, nossa pesquisa analisa os “claro-escuros” das mudanças experimentadas, com referência a uma crise no plano das subjetividades que denominamos *kamanchaka*, mas também à emergência de novos movimentos socioculturais que marcam, potencialmente, as possibilidades de uma nova historicidade centrada na ética da dignidade, da identidade, da ecologia e do feminismo.

Nossa aspiração fundamental foi, contudo, caracterizar a nova sociedade latino-americana em sua relação com as orientações políticas

mencionadas. Aí reside o éthos de nosso estudo. Por um lado, analisamos o que denominamos extrativismo informacional, como a principal forma de interação econômica assimétrica da região com o capitalismo global. Trata-se de uma nova economia e de empresas que trabalham em vários territórios ecológicos com novas formas de produção informacional, comercialização e financiamento. Nesse novo dinamismo, incluímos a economia criminal como uma de suas formas mais dinâmicas e perversas, e certamente um dos principais meios de acumulação capitalista em escala global, sobretudo no plano financeiro, graças ao consumo e aos sistemas de lavagem e branqueamento de dinheiro.

Outro aspecto estrutural analisado é a consolidação de sociedades urbanas: 80% da população latino-americana vive em cidades. Já somos uma das regiões mais urbanas do mundo. No entanto essa urbanização, pluricêntrica e muito diferenciada socialmente, produziu importantes avanços nos indicadores de desenvolvimento humano, mas ao mesmo tempo aumentou também os indicadores de “desenvolvimento desumano”, como a insegurança, o medo, a violência e a deterioração da vida cotidiana.

Por outro lado, estudamos a nova sociedade-rede associada a novas formas de individualização e consumo, e também os principais vetores da construção informacional e a generalização de uma cultura da tecnossociabilidade, principalmente entre os jovens e os emigrantes. O livro sistematiza a informação sobre a integração ativa dos latino-americanos nos sistemas de informação e comunicação, associada a importantes dinâmicas de diferenciação funcional e social. Nesse campo, as estruturas familiares mudaram e surgiram novos tipos de “famílias horizontais”, mais complexas que as nucleares ou extensivas e que mostram a deterioração do sistema patriarcal. Abordamos igualmente os limites e a crise da institucionalidade e da subjetividade católica e do

carisma papal emergente, campo que constitui outra importante mudança nas subjetividades latino-americanas, onde o *éthos* católico desempenhou um papel central. Estudamos também aquilo que chamamos de nova política digital, em que diversas formas de comunicação e poder interagem e criam um novo espaço público informacional.

No centro de todas essas mutações apareceram novos movimentos socioculturais. Analisamos movimentos indígenas como os maias, andinos e mapuches, e também as formas de resistência e organização de afrodescendentes no Brasil. A análise dos novos movimentos concentra-se nos jovens de México, Chile e Brasil e nos movimentos ecológicos e feministas. Não obstante, também detectamos em vários países a novidade de mobilizações de caráter mais conservador, geralmente vinculadas a setores médios, mas também aos populares.

O livro culmina com a análise da crise da subjetividade que denominamos *kamanchaka*. A *kamanchaka* é uma névoa escura que aparece nas montanhas dos Andes e se estende por todo lado, produzindo medo e depressão. Perguntada sobre como fazer frente a essa névoa, Domitila Chungara — uma mulher mineira, lutadora infatigável e defensora dos direitos humanos — respondia: “Só com paciência e resistência”. * A *kamanchaka* é subjetiva, é o mal-estar social associado ao medo e à angústia. O incrível nisso tudo é que, em meio a uma complexa multicrise global, irrompeu a pandemia do coronavírus, complexificando e adensando ainda mais as brumas escuras da *kamanchaka*. Trata-se de um fenômeno fantasmagórico, único, incerto, anômalo, que atua numa lógica do acaso em nível mundial, mas afeta a vida cotidiana de todas as pessoas, suas sociedades e os Estados-nação. Como fato global, precisa ser tratado globalmente; mas até agora só se deu à pandemia um tratamento em nível nacional, com Estados e instituições sociais geralmente muito fracos e erráticos. E assim o medo

reinstalou-se no centro da vida cotidiana em escala global. Vivemos novamente como se enfrentássemos o fantasma das ditaduras: com medo do outro, da morte, da exclusão social, do sem sentido. As pessoas e as sociedades necessitam e exigem políticas públicas bem-sucedidas que nenhum Estado pode fornecer.

As respostas são variadas. Como os fracos e colapsados Estados latino-americanos e suas sociedades estão respondendo a esse fantasma pandêmico? Que cenários estão em jogo hoje no plano socioeconômico, do desenvolvimento, da interculturalidade, dos cidadãos e seus direitos humanos, e das possibilidades de uma vida digna? Será um colapso como o do século XVI? Será possível a emergência de um novo modo de desenvolvimento informacional centrado na vida das pessoas? Ou veremos reinstalar-se a lógica puramente economicista e ultraindividualista do mercado e do Estado, que sabemos que não funcionam por si sós? Surgirá um Estado descentralizado do público? Nascerá uma cultura de solidariedade global? O que vai acontecer com o meio ambiente e com a natureza? Ou tudo será um absurdo catastrófico no qual o poder continuará preocupado apenas em impedir que se suje a cadeira de *A metamorfose* de Kafka? Discépolo tinha razão, afinal, e seu tango “Cambalache” será mais universal que nunca? Ou Germani, que dizia que a modernização tem intrinsecamente uma carga totalitária?

O que se pode pensar a partir da América Latina? As narrativas dos intelectuais dos países desenvolvidos são suficientes para nós ou necessitamos de uma perspectiva global a partir das nossas realidades, nas quais a complexidade e a densidade mesclada das sociedades estão repletas de complexas justaposições socioculturais globais? Na América Latina temos não apenas as sociedades originárias, mas também as de origem africana, europeia, asiática, com complexas estruturas de diferenciação social e funcional, em que desgraçadamente prima a desigualdade. De alguma maneira, o mundo todo está na região. Buenos

Aires pode mirar-se na Europa, e a Grande Buenos Aires, no resto da América Latina; o Rio de Janeiro, a Bahia ou Cartagena, na África. Isso sem falar na natureza, tendo a Amazônia, juntamente com a cordilheira dos Andes e uma enorme rede de rios e dois oceanos gigantescos, organizado a vida durante milhares de anos. Claro, a Amazônia é a reserva ecológica da humanidade, mas o que sabemos realmente de sua vida, de suas folhas, de seus rios, de seus mitos transumantes, da coca, da mandioca e dos milhões de seres vivos que a habitam, enquanto os mares contaminam-se e a cordilheira dos Andes, assim como o Sul patagônico, degela?

Em meio a tudo isso, cresce também uma espécie de negacionismo que começa negando o vírus ou a sua periculosidade e transfere-se para a área política. Negações que alimentam a crise de legitimidade do que é estabelecido pela informação séria e pela ciência, e assim as “notícias falsas” começam a constituir, para muita gente e para importantes políticos pretensamente novos, evangelhos da verdade, alimentando ainda mais a *kamanchaka*. O uso de redes de informação e comunicação cresce e multiplica-se, mas os indicadores de retração socioeconômica, a violência doméstica, o incremento do consumo e do tráfico de drogas já são um fato que precisa ser enfrentado. Contudo, e vale a pena sublinhá-lo, não será raro se vários Estados e políticos utilizarem essa *kamanchaka* da pandemia para limitar as liberdades e os direitos humanos, afirmando assim o próprio poder.

Mas, do outro lado da escuridão, emergiram as luzes de mudança: os novos movimentos sociais, analisados no presente livro, que buscam afirmar os valores democráticos e a segurança humana. Seus conflitos e protestos pretendem mudar as crônicas desigualdades socioétnicas, de gênero, dos impactos ecológicos, a corrupção institucional e a lógica do poder global. São movimentos que demandam ética, são movimentos de povos indígenas e afrodescendentes, são movimentos de mulheres,

de gênero e ecológicos que buscam novas formas de vida que organizem a política e o desenvolvimento. No final de 2019 e particularmente durante o ano de 2020, apesar dos enormes problemas narrados e de suas consequências, foram geradas novas ações coletivas, defendendo a democracia e condenando a imoralidade política no Chile, Peru, Bolívia, Guatemala, Colômbia e Brasil.

Talvez tenha chegado a hora de os latino-americanos construírem um paradigma ecológico, feminista, antirracista e humanista para todos. Em todo caso, a questão central nessa conjuntura é o manejo do tempo: o “tempo da pandemia”. E nesse caso três variáveis parecem decisivas: a capacidade do Estado de transformar palavras em realidades, sobretudo no plano da saúde; a capacidade tecnológica, comunicacional e científica e sua valorização pragmática em cada sociedade e no Estado; e o comportamento individual e coletivo das sociedades. Em outras palavras, se um Estado tem a capacidade prática de navegar contra o vento e enfrentar os temas da pandemia a partir de uma pedagogia científico-tecnológica e comunicacional, e se as sociedades também integram essa pedagogia em sua vida cotidiana, as chances de obter resultados será maior do que se acontecesse o contrário. Talvez só seja possível encontrar uma esperança, uma força maior, articulando o individual com o coletivo no “local-público” — pois os resultados serão mais efetivos na medida em que toda ação coletiva for resultado de um consenso individual, e na medida em que a ação individual possa ser valorizada no plano coletivo, nos espaços públicos compartilhados. Em suma, será possível combinar de maneira criativa Estado, sociedades e tecnoeconomia? Ou seja, será possível “navegar melhor contra o vento” nos tempos do vírus?

Não sabemos a verdade. O que sabemos é que o futuro se constrói hoje em situações e condições muito adversas.

FERNANDO CALDERÓN

MANUEL CASTELLS

Dezembro de 2020

* A socióloga brasileira Moema Viezzer escuta, promove e descreve a vida subjetiva e a luta de Domitila no livro *Se me deixam falar* (Global, 1990).

Introdução

A nova América Latina *

A AMÉRICA LATINA E SEUS POVOS viveram uma profunda transformação na aurora do terceiro milênio da era comum.

Inseriram-se plenamente no processo de globalização que domina tanto a economia quanto a cultura mundial, o que não quer dizer que tudo e todos estão integrados nesse movimento, pois se trata, no conjunto do planeta, de um processo ao mesmo tempo includente e excludente, em que ocorrem simultaneamente incorporação seletiva e marginalização estrutural, conforme argumentaram vários autores.¹ No contexto da revolução tecnológica informacional, a articulação tecnológica da América Latina acarretou uma modernização fundamental dos processos de produção e gestão empresarial necessários para competir nos mercados globais de mercadorias, serviços e capital. Um novo modelo de produção, o extrativismo informacional, emergiu como centro de muitas economias latino-americanas, particularmente as de maior dimensão. A modernização tecnológica estendeu-se rapidamente à comunicação e à cultura, globalizando os meios de comunicação e difundindo as redes de internet como vetor de transformação cultural e da vida cotidiana entre as novas gerações. Ao mesmo tempo, e em sintonia com o que ocorreu no resto do mundo, a globalização e a digitalização não produziram uma cultura global e homogênea que relegasse as culturas historicamente produzidas pela diversidade da experiência humana ao depósito do retrógrado, a ser gradualmente descartado. A ideologia da modernização como vetor da dominação cultural fracassou de novo. Na realidade, aconteceu o

contrário. Do fundo da alma dos povos, ressurgiu com força uma constelação de identidades, feitas de uma cotidianidade que nunca foi subjugada, de conexão com uma natureza própria, de uma tradição oral preservada, de um modo de ser específico. Humano, claro que sim, mais humano inclusive que os padrões de comportamento explícitos no mercado como forma de vida, e não apenas de economia; porém, com práticas enraizadas no compartilhamento secular, semeado de sofrimentos e esperanças. Assim se afirmaram as culturas dos povos originários, exceto naqueles territórios em que o genocídio os exterminou, como também se consolidaram outras identidades regionais, locais, religiosas, mas não tanto a da religião dominante, católica, cuja crise analisamos neste livro, investigando suas causas e consequências.

Da mesma forma, novas identidades ligadas ao processo de transformação multidimensional colocam em xeque o patriarcado milenar, raiz da dominação institucional. Mulheres sem mais adjetivos, feministas, lésbicas, gays, transexuais, bissexuais afirmaram seu direito de amar e ser amados por quem bem quiserem, sem ligar para os ditames da repressão sexual. Além dessas identidades pessoais, desenvolveram-se novas formas de relacionar natureza e cultura e o reconhecimento dos animais como seres amigos. E um questionamento sistemático do lado obscuro da cultura institucionalmente imposta.

Mais que isso: num mundo globalizado, a identidade nacional ressurgiu com força como trincheira de resistência da história e dos direitos de quem vive num determinado território, de quem não pode se permitir ser “cidadão do mundo” porque não tem recursos para tanto. Ainda que se sintam ao mesmo tempo solidários com o planeta e com seus congêneres, não perdem com isso a proteção das instituições nacionais de que ainda dispõem.

Entre globalização e identidades, o Estado-nação sofre os embates da história. Em geral, integra-se à globalização para maximizar seu acesso a riqueza e poder, formando redes transnacionais. Ao fazê-lo, incrementa a distância entre o Estado e a nação, entre o imperativo global e a representação local. Brotaram daí, repetidas vezes, um desejo e, no fim das contas, uma política que tentam recuperar o controle da nação a partir das raízes dos povos, diante da fuga de suas elites, que, depois da entrada no clube dos donos do mundo feito de redes de poder e capital, habitam espaços de fluxos cada vez mais abstratos, a partir dos quais procuram manter o controle de seus inquietos súditos.

Nessa conjuntura, os mecanismos de relação entre o Estado e os cidadãos, ou seja, o sistema político, sofreram os embates da nova história. Por um lado, as instituições da democracia liberal, constantemente subvertidas no século XX por golpes militares geralmente apoiados pelos Estados Unidos, acabaram por se tornar a regra geral em toda a América Latina na última década do século, com a possível exceção de Cuba (não uma democracia liberal, mas gozando de certo apoio popular) e contando com a diversidade de opiniões sobre outros regimes, como Venezuela, Nicarágua, Guatemala e Honduras, formalmente democracias liberais, mas com apoio cidadão decrescente. Em todo caso, na virada do milênio, a América Latina parecia ter chegado a uma certa estabilidade democrática buscada ao longo de séculos de sangue, suor e lágrimas. Contudo, a crise de legitimidade política e a corrupção do Estado na grande maioria dos países destruíram em apenas alguns anos o vínculo de confiança mínima entre governantes e governados, fragmentando a sociedade e colocando em questão tanto as lideranças neopopulistas quanto as enganosas fachadas das democracias eleitorais. O como e o porquê desses processos são o objeto da investigação apresentada neste livro.

Por fim, mais além da economia, da tecnologia e das instituições está a vida das pessoas. Para a imensa maioria da população, a nova América Latina, apesar de uma melhora considerável dos indicadores básicos de desenvolvimento humano em educação, saúde e emprego (majoritariamente informal), está marcada pela deterioração de seu hábitat em metrópoles destrutivas, por uma urbanização especulativa que engloba 80% da população, por um ambiente patogênico, pela destruição da maravilhosa natureza do continente, pela violência e pelo medo como forma de vida, com bandos criminosos brotando em toda parte, matando, destruindo e amedrontando milhões de pessoas, com a frequente passividade ou conivência daqueles que deveriam protegê-las.

Essa é a nova América Latina, luz e sombras, mas uma luz cada vez mais pálida e sombras que envolvem as vivências, diante das quais emergem novas consciências individuais que buscam alternativas coletivas para tornar possível uma outra América Latina.

Vem daí nosso empenho de observar e reconhecer o novo território histórico, pois é somente identificando onde estamos que poderemos saber como estar onde queremos.

* A análise apresentada neste livro baseia-se em fontes estatísticas e documentais obtidas em vários países durante uma década. Para evitar um texto pesado, reunimos o essencial dessa documentação num site da web que o Fondo de Cultura Económica habilitou para acompanhamento do presente texto: <<https://fondodeculturaeconomica.com/apendices/014607R/>>.

1. A globalização da América Latina: da crise do neoliberalismo à crise do neodesenvolvimentismo

A AMÉRICA LATINA PASSA por um processo de profunda transformação desde o final do século XX, embora seja necessário distinguir os níveis de desenvolvimento humano e as situações pontuais de crescimento, e considerar as grandes diferenças internas vinculadas às especificidades de cada país, tanto em suas estruturas sociais, culturas e instituições quanto em suas relações com o sistema global. Essa transformação é resultado de dois modelos socioeconômicos contrapostos, de sua ascensão e de suas crises. Entendemos por neoliberalismo o modelo de crescimento e distribuição baseado essencialmente na dinâmica do mercado apoiado pelo Estado. Por outro lado, no neodesenvolvimentismo o Estado é o motor do crescimento econômico e da repartição do produto, intervindo ativamente nos processos do mercado e na criação de infraestrutura, embora sem estatizar a economia.

Mudanças socioeconômicas

Quanto ao crescimento econômico, nas duas primeiras décadas do século XXI, a totalidade da região modernizou a estrutura produtiva, incrementou a competitividade na economia global e mudou seus padrões tradicionais de dependência dos Estados Unidos. O crescimento anual do PIB total, a preços constantes, entre 2003-08, foi de 4,5%, em média. O crescimento reduziu-se, porém, a 3,0% no período 2009-11, pelo impacto da crise econômica de 2008 nos Estados Unidos e na Europa, e a 2,3% entre 2012-13. No período 2014-15, a taxa de

crescimento real da região foi de apenas 0,5%, e em 2016 foi negativa (-1,1%). Pela primeira vez, apesar de sua profunda integração na economia global, a América Latina teve mais sucesso que os Estados Unidos ou a Europa na resistência aos efeitos da crise financeira de 2008, desconectando-se efetivamente da evolução da crise nessas regiões.

A Venezuela, obcecada pela produção petrolífera e considerada por muitos exemplo da má gestão econômica, cresceu a uma taxa de 7,5% no período 2003-08. Em seguida, durante os anos 2009-11, teve uma taxa negativa (-0,2%) e recuperou-se nos anos 2012-13 (+3,5%). Em 2014, último ano em que se tem informação, o PIB caiu para 3,9% em termos reais. A Argentina, por seu lado, cresceu a um ritmo médio de 8% em 2003-08, e de 3,4% em 2009-11, mas no período 2012-13 o crescimento foi de apenas 0,7%, e entre os anos de 2014-15, de 0,1%. Contudo, a economia do país caiu 1,8% em 2016.¹

No Brasil, assim como na Argentina e na Venezuela, o período 2003-08 foi o de maior crescimento real (4,2% em média), seguido dos anos 2009-11 (+3,8%), antes de diminuir o ritmo para 2,5% em 2012-13 e cair em seguida para -1,5% e -3,5% em 2014-15 e 2016, respectivamente. O México cresceu em média 2,6% entre 2003-08, antes de reduzir sua taxa de crescimento real a 1,2% em 2009-11 e de recuperar-se para 2,5% entre 2012-13. Em 2014-15, o ritmo do PIB acelerou para 3,0% e decresceu levemente para 2,9% em 2016.² Bolívia e Peru cresceram em torno de 6% entre 2012-13. Em síntese, entre 2003 e 2013, a América Latina viveu uma década de crescimento econômico sustentado e de competitividade crescente.

**Tabela 1.1. Taxa de variação interanual real do PIB, 2003-16
(em % e ordem decrescente, segundo a média 2003-08)**

País	Média 2003-08	Média 2009-11	Média 2014-15	2016
Argentina	8,5%	3,4%	0,1%	-1,8%

Argentina	0,0%	2,4%	0,1%	-1,0%
Venezuela	7,5%	-0,2%	-3,9%	s/d
Peru	6,8%	5,3%	2,8%	4,0%
Uruguai	6,4%	5,7%	1,8%	1,7%
Costa Rica	5,4%	2,8%	3,6%	4,2%
Colômbia	5,1%	4,3%	3,8%	2,0%
Equador	4,9%	4,0%	2,0%	1,3%
Chile	4,7%	3,5%	2,0%	1,3%
Paraguai	4,5%	5,0%	4,0%	4,3%
América Latina	4,5%	3,0%	0,5%	-1,1%
Bolívia	4,5%	4,2%	5,2%	4,3%
Brasil	4,2%	3,8%	-1,5%	-3,5%
México	2,6%	1,2%	3,0%	2,9%

Fonte: Elaboração própria sobre a base de dados da Cepalstat, 2018.

A contenção dos efeitos da crise financeira global e o persistente crescimento econômico no período 2003-13 se devem principalmente a dois fatores: em primeiro lugar, ao papel regulador do Estado — mais forte que nos Estados Unidos e na Europa —, particularmente no que diz respeito aos mercados financeiros depois da crise dos anos 1990 (“Efeito Tequila” *), da crise do real no Brasil, em 1999, e do colapso do sistema bancário na Argentina, em 2001. Parece que os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Néstor Kirchner empregaram medidas regulatórias do sistema financeiro mais efetivas que as adotadas por Estados Unidos ou Europa: adaptaram-se de maneira mais eficiente à volatilidade dos mercados financeiros globais. Em segundo lugar, houve uma transformação dos padrões de comércio no mundo, e o comércio Sul-Sul (tanto na Ásia quanto no interior da América Latina) passou a ser mais significativo que a clássica dependência em relação aos Estados Unidos e à Europa.

Ao mesmo tempo, embora a democracia, problema-chave na história da América Latina, tenha se estabilizado em todo o continente nos últimos anos, sua legitimidade diminuiu. Em 1976, só havia três

democracias da região. A democracia generalizou-se em toda parte (sendo Cuba um caso discutível), pelo menos se aplicarmos os padrões da eleição presidencial de 2000 na Flórida, Estados Unidos, e apesar das dezesseis destituições presidenciais, incluídos dois golpes de Estado que foram rapidamente revertidos. Segundo a Corporación Latinobarómetro, o índice de apoio à democracia como forma de governo preferível a qualquer outra chegou a seu nível máximo em 2010 (61%). No entanto, uma série de experiências e acontecimentos vem deteriorando a confiança na democracia, principalmente no sistema político que a sustenta, e em 2017 o apoio à democracia tinha caído para 53%. Da mesma forma, teria crescido a aprovação a regimes autoritários em condições de corrupção e crime organizado. Isso afeta sobretudo os parlamentos e os partidos políticos, cuja legitimidade é muito baixa.³ Hoje, as crises do Estado e do sistema político estão no centro dos problemas enfrentados pela região.

A outra doença tradicional da América Latina, a pobreza, diminuiu na totalidade da região, de 45,9% da população, em 2002, para 30,7%, em 2017. A extrema pobreza também diminuiu, de 12,4 para 10,2% no mesmo período.⁴ Se juntarmos a isso a melhora dos principais indicadores de saúde e a escolarização quase universal no nível do ensino fundamental (apesar da baixa qualidade do sistema escolar, em muitos casos), veremos uma América Latina muito diferente de sua imagem tradicional.

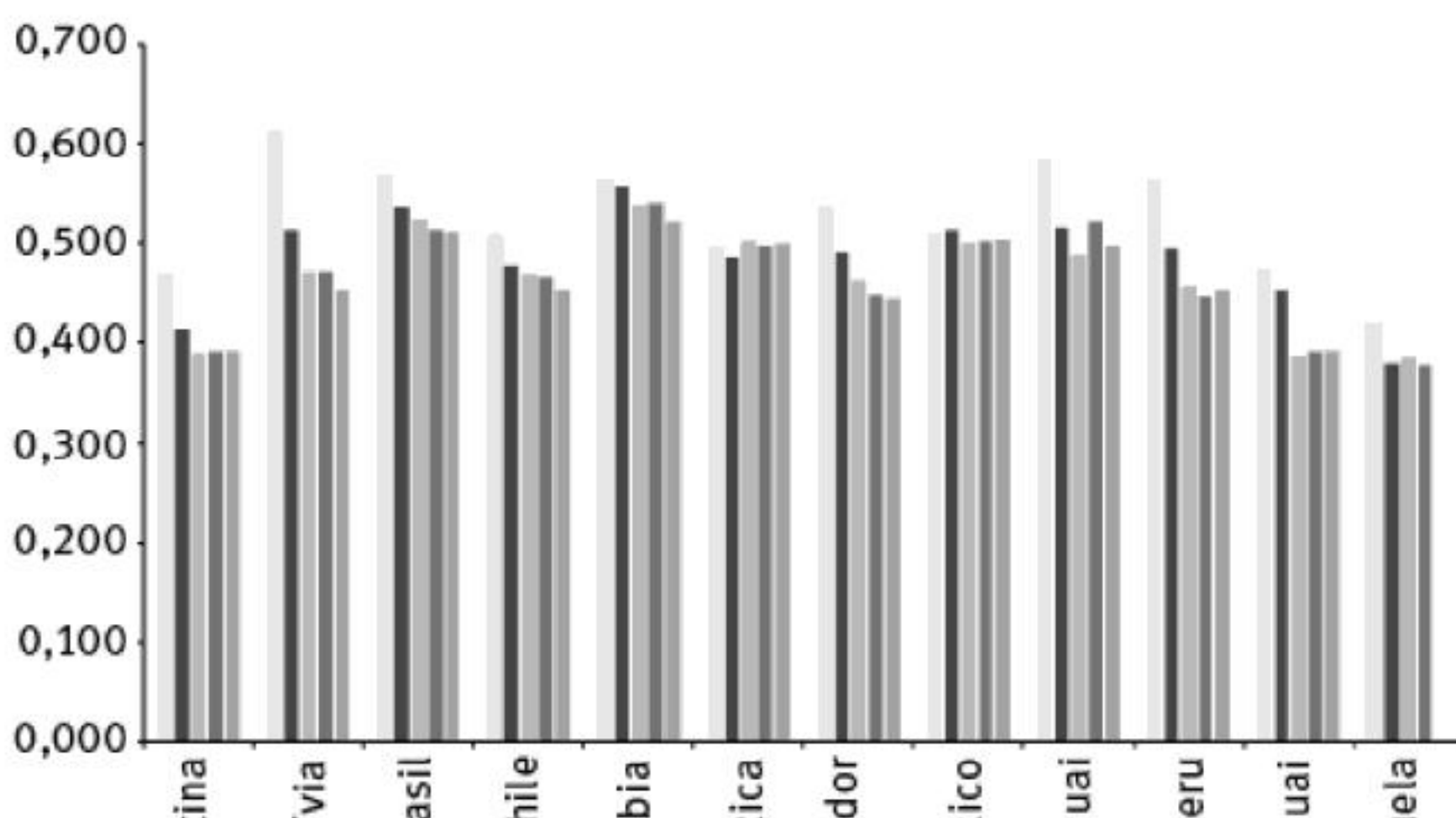
Em relação à desigualdade, o índice de Gini para dezessete países da América Latina foi de 0,469 e 0,467, em 2015 e 2016, respectivamente.⁵ Segundo a mesma fonte, entre 2002 e 2008 esse índice diminuiu 1,5% anuais em média na região, mas entre 2014 e 2016 a queda foi só de 0,4% anuais.⁶ A diminuição dos níveis de desigualdade pode se relacionar à melhora nos salários dos setores menos favorecidos e ao aumento de transferências monetárias dos governos para esses mesmos setores,

tendência que começou a se reverter nos últimos anos. A Figura 1.1 mostra a evolução e a reduzida diminuição da desigualdade de renda em países selecionados da América Latina entre 2002 e 2016.

Nossa sugestão é que esses fenômenos, sobretudo a diminuição da pobreza, se devem, em boa medida, a uma presença maior do Estado como ator central nos processos de desenvolvimento, com orientação estratégica, gastos públicos em infraestrutura, educação e saúde e políticas distributivas, como o programa Bolsa Família no Brasil.⁷

Na realidade, o modelo neoliberal de inserção sem restrições na globalização gerada pelo mercado entrou em colapso, desde o início do século XXI, na maioria dos países, tanto econômica, quanto socialmente (tendo o *corralito*,* * na Argentina em 2001, como expressão mais simbólica desse colapso). E surgiu então um novo modelo, autoproclamado “neodesenvolvimentista”, centrado no Estado, mas mirando a competição no mercado global, aparentemente muito próximo do modelo de desenvolvimento do Leste Asiático no período da “decolagem”, 1960-80.

Figura 1.1. Índice de desigualdade de Gini
Países selecionados da América Latina, 2002-16





Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados da Cepal, *Panorama social da América Latina 2017*.

O resultado desses processos foi o surgimento de uma nova estrutura ocupacional e de um novo padrão de estratificação social. Assim, entre 2000 e 2017, a ocupação na agricultura diminuiu 5,9% no conjunto da América Latina, enquanto a mineração incrementou sua participação em apenas 0,2%. Isso significa que aquilo que denominamos “extrativismo informacional” (ver o capítulo 2), embora seja um motor de exportação, cria poucos empregos diretos. Da mesma forma, o emprego na indústria perdeu peso (-1,8%), compensado apenas por um leve aumento na construção civil (1,0%). Os setores que mais cresceram em termos de emprego são significativos da evolução polarizada da nova América Latina: os serviços financeiros aumentaram 2,1%, enquanto “outros serviços”, espécie de quarto de despejo da informalidade, foi o setor que mais cresceu em termos de emprego (2,5%). Observa-se igualmente uma dupla evolução, para a formalização da economia e para sua precarização: a proporção de assalariados aumentou em 1,7%, situando-se entre 60,6% da população empregada, embora apresente uma concentração desse crescimento em alguns países, como Brasil, Peru e México. A atividade por conta própria, indicador de informalidade, também aumentou sua contribuição para o emprego, contrastando com a diminuição de empregadores, trabalhadores domésticos e familiares remunerados, reminiscências da estrutura tradicional de ocupação.

Quanto à estratificação social, representada pela distribuição de renda e pelo consumo nacional, é possível detectar uma mudança que

consideramos fundamental entre 2002 e 2015, período que corresponde à expansão do neodesenvolvimentismo. Se observarmos a distribuição de renda por quintis, a primeira constatação, que também se reflete no índice de desigualdade de Gini, é a concentração da maioria da população no quinto quintil, o mais pobre: 62,4% da população no Brasil, 60,5% na Colômbia, 54,6% no México, 57,9% no Peru, 54,1% na Venezuela, 56,8% na Costa Rica, 50,9% no Uruguai, 53,8% no Chile. Contudo, o que é verdadeiramente significativo em termos de dinâmica social é que os quintis que na maioria dos países aumentam sua participação na renda são os médios, ou seja, o segundo, o quarto e sobretudo o terceiro, o quintil médio. Assim, os dados da evolução da porcentagem desses quintis na distribuição da renda entre 2002 e 2015, listados aqui na ordem segundo, terceiro e quarto, revelam o aumento no Brasil de 1,8, 2,1 e 1,4%; no Peru, de 2,6, 2,7 e 2,2%; na Colômbia, de 1,0, 1,3 e 1,6%; no Uruguai, de 1,4, 1,6 e 1,2%; na Costa Rica, de 1,7, 1,8 e 1,0%, e no México, de 0,9, 0,8 e 0,8%. Até mesmo a Venezuela, apesar da crise econômica, expande seus estratos médios, embora moderadamente: 1,0, 1,1 e 0,6%. A exceção é a Nicarágua, onde se observa uma distribuição regressiva, com diminuição das camadas médias em -1,1, -1,0 e -1,7%. Um caso interessante é o do Chile, onde varia apenas a composição das camadas médias de renda: -0,1, 0,0 e 0,3%. Em síntese, embora persista uma concentração majoritária da população no quintil mais pobre, há, em termos de tendência, um fortalecimento da participação dos quintis médios na distribuição da renda.

Por fim, um indicador potente da formalização do emprego e da estabilidade da estrutura ocupacional é o importante incremento da proporção de empregados que contribuem para o sistema previdenciário. Entre 2000 e 2014, essa proporção aumentou no Chile em 4,9% (consolidando o emprego, embora isso não se traduzisse em

aumento de renda), na Colômbia em 4,1%; 6,9% no Peru; 4,5% na Costa Rica; 0,8% no México, 11,0% no Uruguai. Em contrapartida, houve na Venezuela um retrocesso de 3,8%. Isso significa que a crescente estatização da economia levou à formação de um amplo setor de trabalhadores protegidos em seus empregos e inseridos no sistema previdenciário.

O conjunto de tendências observadas aponta para o crescimento significativo dos estratos médios tanto na distribuição de renda quanto na proteção social e nas atividades relacionadas ao setor modernizado de serviços financeiros e empresariais. Essas tendências têm efeitos consideráveis na dinâmica social subjacente ao auge e à crise do neodesenvolvimentismo.

Observa-se um panorama mais complexo e diferenciado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A Tabela 1.2 mostra a evolução e as diferenças dos países segundo o nível de desenvolvimento humano. A região possuiu, em média, um IDH elevado. Chile e Argentina são os únicos com grau muito alto de desenvolvimento humano, e somente o Paraguai e a Bolívia apresentam IDH de nível médio. Em todos os países nota-se uma tendência crescente do nível de IDH, exceto a Venezuela, onde ele diminuiu a partir de 2013.

Com respeito às dimensões medidas pelo IDH (educação, saúde e renda), o Chile possui o maior índice do componente renda do IDH (0,812 em 2015), seguido por Argentina e Uruguai (0,807 e 0,794, respectivamente). No índice do componente educação, a Argentina aparece em primeiro lugar (0,808 em 2015), enquanto Chile e Uruguai ocupam o segundo e o terceiro lugares na região. Por último, o índice do componente saúde também coloca o Chile em primeiro lugar, seguido por Costa Rica e Uruguai. Nesse componente, a Argentina fica em quinto lugar, depois do México, em 2015.

Tabela 1.2 Tendência no Índice de Desenvolvimento Humano 1990-2015

FIGURA 12. TENDÊNCIA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 1990-2015

Ranking IDH	País	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)								Mudança no ranking de IDH	Crescimento médio do IDH			
		1990	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015		1990-2000	2000-10	2010-15	1990-2015
Desenvolvimento humano muito alto														
38	Chile	0,700	0,761	0,820	0,826	0,831	0,841	0,845	0,847	2	0,84%	0,75%	0,65%	0,76%
45	Argentina	0,705	0,771	0,816	0,822	0,823	0,825	0,826	0,827	-2	0,90%	0,57%	0,28%	0,64%
Desenvolvimento humano alto														
54	Uruguai	0,692	0,742	0,780	0,784	0,788	0,791	0,794	0,795	2	0,70%	0,50%	0,37%	0,55%
66	Costa Rica	0,653	0,708	0,752	0,758	0,762	0,768	0,775	0,776	3	0,82%	0,61%	0,64%	0,70%
71	Venezuela	0,634	0,672	0,756	0,767	0,770	0,771	0,769	0,767	-4	0,58%	1,18%	0,29%	0,76%
77	México	0,648	0,700	0,745	0,748	0,753	0,754	0,758	0,762	-5	0,77%	0,63%	0,44%	0,65%
79	Brasil	0,611	0,685	0,724	0,730	0,734	0,747	0,754	0,754	7	1,15%	0,55%	0,83%	0,85%
87	Peru	0,613	0,677	0,721	0,725	0,731	0,735	0,737	0,740	3	1,01%	0,63%	0,53%	0,76%
89	Equador	0,643	0,670	0,710	0,717	0,725	0,737	0,739	0,739	7	0,41%	0,58%	0,83%	0,56%
95	Colômbia	0,592	0,653	0,700	0,707	0,712	0,720	0,724	0,727	6	0,99%	0,70%	0,76%	0,83%
Desenvolvimento humano médio														
110	Paraguai	0,580	0,624	0,675	0,679	0,679	0,688	0,692	0,693	-4	0,73%	0,79%	0,54%	0,71%
118	Bolívia	0,535	0,607	0,649	0,655	0,661	0,666	0,671	0,674	0	1,26%	0,66%	0,77%	0,92%

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do *Relatório de desenvolvimento humano 2016*.

A troca das orientações de desenvolvimento, do neoliberalismo para o neodesenvolvimentismo, em grande medida se explica pela resistência de amplos segmentos da população às políticas excludentes de incorporação forçada à economia global para benefício das novas e das antigas elites. Outro fator fundamental de incentivo a uma nova política foi, em alguns países, a reivindicação de identidades culturais oprimidas, principalmente na Bolívia, no Equador e no Peru, mas presente também no Chile, México e Colômbia, sob diferentes identidades étnicas. Uma combinação de movimentos sociais contra a exclusão e de movimentos identitários contra o racismo institucionalizado deu origem a uma nova constelação de atores políticos, inclusive os regimes bolivarianos (Venezuela, Equador, Nicarágua), os regimes nacionalistas indigenistas, como a Bolívia, o neoperonismo (kirchnerismo) e governos de orientação progressista, como os do Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil, e da Frente Ampla, no Uruguai. O amplo processo de mudança social sublinha essas transformações políticas que abrangem a afirmação dos direitos humanos, o crescimento da consciência das mulheres e a

melhora de suas condições de vida, assim como o maior reconhecimento do multiculturalismo na sociedade e na política. Mais que isso, a ascensão de novos atores políticos opostos ao controle dos Estados Unidos na região levou a uma nova inserção geopolítica da América Latina no mundo, diversificando os vínculos econômicos e políticos, que agora incluem China, Japão, África do Sul e, em menor medida, Rússia, e uma participação mais destacada dos países da União Europeia. Contudo, a presença dos Estados Unidos ainda é significativa, sobretudo no México, na América Central e na Colômbia.

Assim também, a nova hegemonia do Estado baseou-se em instituições políticas fracas, principalmente no que concerne aos partidos políticos, que logo se tornaram vulneráveis à corrupção e ao patrimonialismo, num contexto de liberdades democráticas no qual a sociedade civil pôde se mobilizar e os meios de comunicação e as redes desempenharam um papel de denúncia. Em meados da década de 2010, essa hegemonia entrou em crise por uma conjugação de fatores políticos nacionais-regionais, além de crises e contrações do mercado mundial, dando lugar a uma nova inflexão histórica da política e do desenvolvimento na região. Isso pela inconsistência tanto do modelo centrado no mercado quanto do modelo centrado no Estado. Ambas as opções de políticas de desenvolvimento parecem atravessar um processo de enfraquecimento, sem que se saiba ainda o que vai emergir e a partir de onde serão construídas outras opções políticas de desenvolvimento que permitam visualizar uma nova ordem para a democracia.

Ascensão e queda do neoliberalismo

Após a década perdida de 1980, em termos de desenvolvimento socioeconômico, os anos 1990 caracterizaram-se: por uma acelerada inserção dependente e não sustentável da América Latina na economia

global; pela liberalização dos mercados; pela privatização de empresas públicas e dos recursos naturais; pelas alianças estratégicas de empresas e Estados com multinacionais, particularmente nos setores bancário, de comunicação e de tecnologia; pela menor dependência em relação aos Estados Unidos; e pela modernização tecnológica, sobretudo com o uso de tecnologias de comunicação e a expansão dos meios digitais. Além disso, a corrupção ampliada; a submissão aos interesses das multinacionais; a carência de um modelo informacional de desenvolvimento que permitisse que as economias se tornassem verdadeiramente competitivas na era da informação global; o aumento maciço da pobreza e da desigualdade; a vulnerabilidade das crises financeiras (o Efeito Tequila, em 1995, a crise do Brasil, em 1999, e o colapso argentino que levou ao *corralito*, em 2001) — tudo isso marcou os limites da integração neoliberal na economia global. Ficou claro que a estratégia de Fernando Fajnzylber⁸ de “transformação produtiva com equidade” era a única perspectiva que poderia ter feito da América Latina uma região modernizada e competitiva por direito próprio. Mas as condições políticas para tal estratégia não estavam presentes em nenhum país nos últimos anos do século XX.

De acordo com um estudo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud),⁹ nota-se em toda a região um incremento das reformas econômicas implantadas entre os períodos de 1981-90 e 1998-2003, assim como uma melhora do índice de democracia eleitoral. No entanto, isso não se traduziu em quedas significativas das taxas de pobreza, indigência, desigualdade ou desemprego. A taxa média de pobreza da região caiu apenas de 46,0% em 1981-90 para 41,3% em 1998-2003. Já no Cone Sul (a sub-região com o maior índice de reformas econômicas), o desemprego urbano cresceu mais de três pontos percentuais entre esses períodos. Assim também, nos mesmos períodos,

a pobreza e a indigência cresceram de 25,6 a 26,0% e de 7,1 a 8,7%, respectivamente.

Uma tendência tristemente destacável é a invariabilidade da participação do PIB da América Latina e do Caribe no PIB mundial. Segundo dados do Banco Mundial, desde a década de 1980 ela permaneceu em torno de 8%. Como contrapartida, o peso relativo da China entre a década de 1980 e a segunda década do século XXI passou de 2% a 11%.¹⁰

Os protestos sociais e os desafios políticos diante da globalização neoliberal forçaram uma abertura dos sistemas políticos em muitos países.¹¹ Na Venezuela, isso teve como desfecho o controle das instituições através de eleições de novos atores políticos, o que deu início à Revolução Bolivariana, depois do pleito de 1998, apoiada em seguida por uma série de reeleições de Hugo Chávez e dos chavistas. Nicarágua, Equador e Bolívia elegeram governos que desafiaram o Consenso de Washington, vinculados a uma estratégia de desenvolvimento autônomo nacionalista de esquerda. A Costa Rica prosseguiu com suas políticas social-democratas de pacifismo, modernização e Estado de bem-estar tropical. Brasil, Argentina e Uruguai posicionaram-se claramente contra o capitalismo financeiro global, ao mesmo tempo que se integravam à competição global. Por outro lado, na Colômbia, a guerra civil e o Estado paramilitar de Álvaro Uribe bloquearam a mudança política por um tempo, embora ela tenha ocorrido no âmbito municipal, particularmente em Medellín e Bogotá. No Peru, o modelo neoliberal implantado por Alberto Fujimori prosseguiu, acompanhado por diversas coalizões políticas. E no México, a penetração dos cartéis de narcotraficantes no Estado criou um contexto específico de confrontação violenta dentro e entre os cartéis e os aparatos do Estado que, segundo estimativas, teria acabado com a

vida de mais de 235 mil pessoas entre 2006 e 2016,¹² condicionando a situação de um dos países mais importantes da América Latina.

O modelo neoliberal chileno foi um caso especial e merece uma observação fundamental: houve dois modelos de desenvolvimento chileno; e o modelo democrático foi neoliberal na economia, mas não no Estado.

Em seu livro sobre o desenvolvimento chileno, Manuel Castells¹³ diferenciava empiricamente dois modelos de desenvolvimento no Chile: o modelo liberal autoritário excludente, sob a ditadura de Augusto Pinochet (1973-89), e o modelo liberal democrático inclusivo, que começou em 1990, com os governos da Concertação, * * * e alcançou sua plenitude na administração Ricardo Lagos, em 2000-06. Os dados e a análise apresentados no livro de Castells demonstram que, comparando os dois períodos, o modelo democrático foi muito mais eficiente em termos de crescimento econômico, controle da inflação, indicadores de desenvolvimento humano, estabilidade macroeconômica, produtividade e competitividade internacional. Ao mesmo tempo, os direitos humanos e políticos afirmaram-se e restaurou-se a democracia, embora com algumas limitações herdadas da ditadura. Reduziram-se significativamente a pobreza e a extrema pobreza. Ainda que a desigualdade na distribuição de renda continue elevada — em comparação com Argentina e Uruguai, por exemplo —, observa-se uma tendência decrescente. O coeficiente de Gini foi de 0,453 em 2016, enquanto no começo da década de 1990 era superior a 0,500.

Por outro lado, as políticas de livre mercado, tanto no plano interno quanto no internacional, estavam no centro da estratégia de desenvolvimento, e a liberalização ampliada manteve-se, com uma forte estratégia voltada para a exportação. Assim, as minas de cobre (“o salário do Chile”), nacionalizadas por Allende, permaneceram no setor público, pois Pinochet não reverteu a nacionalização, para ter controle

direto sobre a principal fonte de riqueza do país e usá-lo para a acumulação depredadora de sua fortuna pessoal. Em geral, consideramos comprovado que o modelo estritamente neoliberal chegou ao fim no Chile em 1990, mas alguns de seus traços econômicos continuaram a caracterizar o bem-sucedido desenvolvimento chileno, pois as relações na indústria, o controle democrático do Estado e um governo legítimo aplacaram a resistência social, desafio político que o modelo neoliberal enfrentou em outros países. Foi por isso que o Chile mostrou-se capaz de manter um crescimento econômico sustentado e incrementar a produtividade e a competitividade ao longo dos anos. Contudo, o processo de modernização gerou certo mal-estar na população, que, como demonstrou o *Relatório de desenvolvimento humano* do Pnud de 1998, acabou por questionar o rumo dessa modernização, e também teve efeitos políticos e subjetivos na própria política, associados à ineficiência e à corrupção generalizadas do sistema político.

Outro caso particularmente *sui generis* foi o peruano. O modelo neoliberal mostrou-se consistente, perdurando e impondo-se economicamente ao longo do século XXI. Ele se baseou numa política econômica iniciada por Alberto Fujimori, que conviveu com variadas orientações políticas, como as de Alan García, de origem neodesenvolvimentista, e Ollanta Humala, de origem indigenista. Lá também a pobreza diminuiu de 55% em 2001 para 31% em 2010, mas a desigualdade social crônica persistiu.¹⁴ A evolução dos salários reais em dólares passou de 101, em 2001, para 110, em 2010, muito abaixo da média latino-americana, que passou de 101 a 158 nos mesmos anos.¹⁵ E tudo isso ocorreu num contexto de intenso conflito social, sobretudo nas regiões do Sul do Peru. O interessante é que, segundo as pesquisas de opinião pública, o mal-estar cidadão era generalizado tanto em termos do funcionamento da economia quanto em relação à democracia.¹⁶

Resistência social e mudança política como fontes do neodesenvolvimentismo

As revoltas contra a exclusão social, a afirmação do multiculturalismo e da dignidade encontram-se na raiz dos processos políticos que tiveram lugar na Venezuela, com Hugo Chávez; no Equador, com Rafael Correa; e na Bolívia, com Evo Morales. Mais ainda, a eleição do PT por quatro períodos consecutivos no Brasil, sob a liderança carismática de Luiz Inácio Lula da Silva, alterou o equilíbrio de poder na região. Sobre a base da estabilidade das políticas macroeconômicas e de modernização de Fernando Henrique Cardoso (apesar das profundas divergências entre ele e Lula), o PT orientou-se para a estabilização de um novo Estado desenvolvimentista como vanguarda do processo. Foi a ênfase brasileira no investimento em infraestrutura produtiva, mais o incremento do gasto público social e as políticas redistributivas, que deu origem ao neodesenvolvimentismo na América Latina.

A Argentina experimentou processo similar sob o kirchnerismo, combinando mobilização sociopolítica, a partir do movimento peronista, com papel dominante do Estado sobre as multinacionais e com o controle dos mercados financeiros sobre a economia nacional. O Uruguai acompanhou o esforço sob a liderança do presidente José Mujica, ex-tupamaro que abraçou por completo a democracia, afirmando a dignidade e o bem-estar, e que se tornou uma das figuras políticas mais respeitadas no cenário internacional.

Assim, a América Latina criou os fundamentos políticos para uma estratégia de desenvolvimento orientada pelo Estado, baseada no extrativismo dos recursos nacionais de exportação e na criação de uma infraestrutura produtiva capaz de gerar recursos para o gasto público social que melhorasse as condições de vida da população. Estatismo, produtivismo e bem-estar social expandiram-se num processo de

interação sinérgica, apoiado politicamente por movimentos neopopulistas e partidos de esquerda, numa versão da esquerda política do século XXI. Contudo, o êxito da estratégia afirmou-se em grande medida com base no peso de líderes carismáticos e nas novas condições favoráveis da economia mundial. Dessa forma, instalou-se um sistema de dominação patrimonial corporativo que mais tarde sofreu uma crise generalizada.

Os líderes carismáticos, Estado e sociedade

A ideia de retorno do povo como sujeito histórico que se identifica com a nação e com o Estado foi a referência fundamental para construir estratégias neodesenvolvimentistas pertinentes para a nova situação global e regional. O Estado e o líder carismático fundem-se no imaginário popular como referência basilar para se aplicar políticas tanto de integração social quanto de desenvolvimento e, a partir daí, enfrentar os conflitos e os interesses dos poderes transnacionais ou das elites conservadoras nacionais; mas também se praticou uma ampla política realista de negociações e acordos com transnacionais e Estados neoliberais, sobretudo dos países desenvolvidos e China.

Como afirmaram Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, ponderando sobre o papel dos líderes na política: “Sabemos que o curso concreto da história, ainda que seja balizado por condições dadas, depende em grande parte da ousadia dos que se propõem a agir em função de fins historicamente viáveis”.¹⁷ As lideranças carismáticas do neodesenvolvimentismo, mais que as de qualquer outro tipo de líder, assentam-se nas características psicossociais e culturais próprias e particulares das diversas sociedades latino-americanas. Sua ousadia nasce de sua mística política, mas não é alheia às opções e aos problemas que os diferentes países atravessaram.

Por volta do ano 2000, inicia-se um período de inflexão histórica, em termos tanto de democracia quanto de desenvolvimento. Esse é um momento de recomposição do cenário político, decomposição das orientações neoliberais e de generalização, em toda a região, de orientações neodesenvolvimentistas com traços populistas. Essa inflexão resultou em governos que seguiam essa tendência, com traços, desafios e problemas nacionais diversos e intensidades diferentes em mais de quinze países da região do Caribe e da América Latina.

No centro de tais mudanças destacavam-se líderes carismáticos que organizaram os processos de transformação e cujo comportamento ou ausência determinou as crises que essas experiências viveram ou ainda estão vivendo. O caso chileno, conforme mencionado, foi excepcional, pois combinou a aplicação de um modelo neoliberal relativamente heterodoxo com reformas políticas organizadas pela Concertação. No entanto, os partidos da própria Concertação utilizavam cotidianamente práticas clientelistas.

A crise neoliberal associou-se a resultados magros na economia, ao incremento da desigualdade social e sobretudo ao aumento da pobreza. Isso teve como consequência, portanto, uma forte crise de legitimidade das instituições e das próprias tendências políticas neoliberais.

As orientações neodesenvolvimentistas foram mais porosas e variáveis que as neoliberais. Um fenômeno que sobressai é o fato de essas experiências terem sido construídas tendo em vista — e atuando sobre — as experiências nacional-populares do passado relacionadas sobretudo aos líderes políticos e sociais da primeira geração populista, que se iniciou com a Revolução Mexicana (1910-20). As sombras de Emiliano Zapata, Juan Lechín, Juan Perón, Getúlio Vargas, Fidel Castro e inclusive de líderes indígenas como Tupac Katari, entre outros, estiveram presentes na construção da liderança carismática neodesenvolvimentista.

Vale a pena mencionar algumas referências fundamentais a esse respeito. Por um lado, uma visão social crítica e diversa, mas generalizada, contra o crescimento da desigualdade social. Assim, por exemplo, além dos dados já mencionados, em 2010 somente 21% dos latino-americanos consideravam justa a distribuição da riqueza.¹⁸

Por outro lado, é facilmente reconhecível uma demanda sustentada para que o Estado desempenhe papel central na economia e na sociedade, tanto nas políticas de integração social quanto na criação de empregos, de benefícios sociais e na incorporação aos sistemas de consumo próprios da sociedade da informação e da comunicação.

O índice 2010 de estatismo por país que apresentamos a seguir, elaborado pelo Latin American Public Opinion Project (Lapop), é composto pelas médias das preferências dos cidadãos em relação ao protagonismo do Estado em quatro áreas da economia: propriedade das empresas mais importantes, garantia de bem-estar, criação de empregos e redução da desigualdade (ver Figura 1.2).

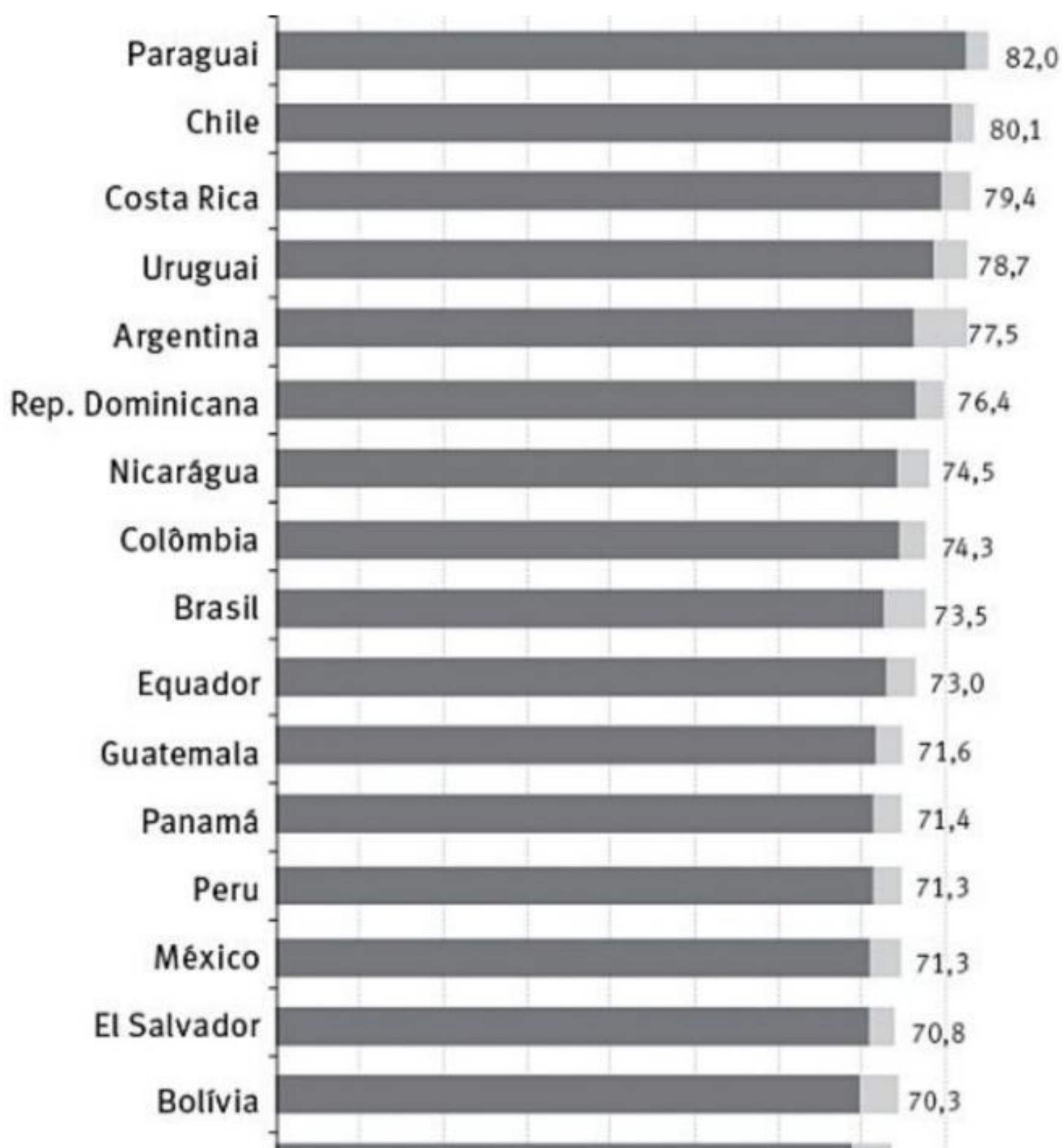
A conclusão é evidente no que concerne à demanda hegemônica por um papel fundamental do Estado na economia e na sociedade. E o estudo sobre o protesto social realizado em dezessete países da região também conclui que o Estado era o principal interlocutor da grande maioria dos conflitos sociais na região entre 2009 e 2010.¹⁹ Esses dados refletem a importância que o Estado tem para os latino-americanos.

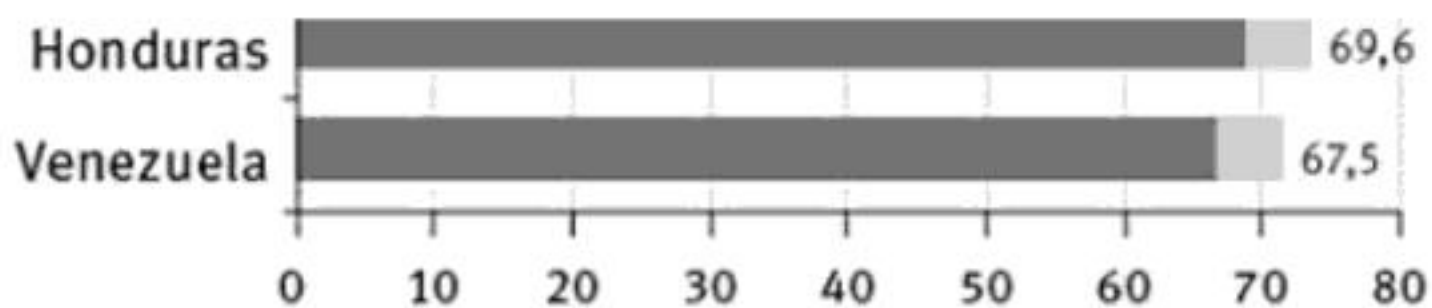
Paradoxalmente, parece que uma das razões dessa demanda associa-se cabalmente à debilidade dos próprios Estados para enfrentar e solucionar as demandas de integração e desenvolvimento da sociedade, mas também à extrema desconfiança em relação às elites econômicas e políticas praticamente em todos os países.

Nesse contexto, alguns mecanismos parainstitucionais ganham relevância como mediadores entre sociedade e Estado, e contribuem para fortalecer a dimensão personalista das lideranças. Diante da

debilidade das instituições, a relação entre Estado e organizações sociais oscila entre o formal e o informal, e adota características clientelistas e personalistas que incidem sobre as relações cotidianas, introduzem anomalias nas instituições formais e favorecem a corrupção. Essa legitimidade da informalidade provocada por políticas socioeconômicas fracassadas do passado é amplamente favorável a uma relação carismática fecunda, mas limitada, entre líder e sociedade.

Figura 1.2. Médias comparadas do índice de estatismo
Países selecionados da América Latina, 2010





■ 95% Intervalo de confiança (efeito de desenho incorporado)

Fonte: Lapop, *Barômetro das Américas*, 2010. Disponível em: <www.lapopsurveys.org>.

E assim a pequena capacidade de gerar condições de vida satisfatórias para as pessoas contribuiu de maneira decisiva para a demanda e a ascensão de líderes carismáticos com traços populistas.

Em tal contexto, pode-se concluir que foi esse tipo de processo que possibilitou a presença dessa forma de dominação carismática. A identificação do líder com o povo é um dado central do fenômeno do carisma latino-americano. O líder, tanto por sua origem quanto por sua imagem e sua dramática e atribulada trajetória para construir-se como símbolo do povo, precisa ser identificado como mais um membro do povo, criando assim uma unidade afetiva inseparável da ideia do “Nós, o povo”. O líder é o povo porque é parte dele, é o povo em si mesmo: o líder vive e pode sacrificar-se pelo povo. Existe, assim, uma reificação do povo que se materializa na imagem do ou da líder.

O processo de mudança é uma razão de vida. A razão carismática, como dizia Weber, é a epifania em si mesma.

Nesse sentido, a associação entre carisma e sociedade na América Latina constitui um traço fundamental para a compreensão das experiências neopopulistas. No entanto, elas têm lugar quando plataformas institucionais débeis estão presentes de maneira estrutural, quando os processos de integração social e coesão nacional são limitados, quando a insegurança cidadã é generalizada e a frustração das expectativas é muito alta. Contudo, para além de seu compromisso com

a democracia social, é importante mencionar que nenhum dos líderes carismáticos negou ou questionou, nem sequer nos momentos mais eufóricos de suas carreiras políticas, a democracia eleitoral. Ela constituiu uma referência fundamental de sua legitimidade carismática.

Por outro lado, a sociedade da informação e da comunicação transformou o tipo de ação dos líderes carismáticos. As novas demandas da comunidade, como também as novas formas de ação das lideranças, surgem cada vez mais através da rede e de múltiplos mecanismos de intercomunicação, e as interações tendem, então, a multiplicar-se. O líder já não atua apenas na praça pública, mas também na praça midiática, em múltiplos e diversos espaços públicos de comunicação.

Vale a pena mencionar que a crise do neodesenvolvimentismo é inseparável não somente das condições socioeconômicas nacionais e globais, mas, de forma muito particular, do destino que tiveram e têm esses líderes carismáticos. Seu desaparecimento, por diversas razões (a morte de Chávez e Kirchner, a não reeleição de Correa, as doenças, entre outras), afetou a capacidade de agência dos processos neodesenvolvimentistas e constitui um fato fundamental para a explicação da crise dessas orientações políticas do desenvolvimento e da democracia.²⁰

O modelo neodesenvolvimentista e a nova globalização: a China e o Sul global

A ascensão da China a uma posição proeminente na nova economia mundial gerou um mercado enorme para as exportações que ainda caracterizam a maior parte da América Latina: produtos agrícolas, commodities de matérias-primas e energia. Quanto mais a China importa e investe na região e no resto do Sul, mais ela induz o crescimento econômico no Sul global, que se transforma, em si mesmo,

num mercado em expansão. A América Latina aproveitou a bonança nos preços das commodities, associada à explosão da demanda na China, na Índia e em outros grandes mercados, para modernizar seu setor primário usando novas tecnologias, tanto em informação e agricultura genética quanto em novos conhecimentos e novas estratégias comerciais. Nasceu um novo modelo que chamamos de “extrativismo informacional”. Embora o “informacionalismo” não tenha transformado o sistema produtivo por completo, ele certamente transformou a produção de soja, de carne e os setores de energia e gás e de metais raros (como o lítio no Chile, na Argentina e mais recentemente na Bolívia), incrementando a qualidade e a produtividade, num círculo virtuoso de crescimento econômico. Contudo, o sucesso do neodesenvolvimentismo afirmou-se com base em duas premissas que logo revelariam sua fragilidade: a de que a demanda global por commodities seguiria crescendo; e a de que seus preços continuariam altos. O Estado, afirmando sua legitimidade através das políticas redistributivas, seguiria sem oposição graças a uma sociedade ativa, crescentemente informada, com forte aumento do consumo.

A crise do neodesenvolvimentismo

A incapacidade de quase todos os países de dar continuidade a uma transformação informacional plena de sua economia e de sua sociedade, por exemplo nos campos da pesquisa, da educação superior e das políticas de inovação, fez com que o padrão de crescimento da economia continuasse dependente quase que por completo das exportações do setor extrativo. Assim que o crescimento da China diminuiu e o preço das commodities caiu, as economias latino-americanas mostraram sua vulnerabilidade diante das flutuações da economia global. Até o Brasil, a economia mais diversificada, não teve

suficiente capacidade baseada em conhecimento para mudar suas exportações e aumentar o valor agregado a seus bens e serviços. Embora tenha aprendido em boa medida a administrar a volatilidade financeira, a América Latina não conseguiu fazer o mesmo com a volatilidade do comércio. Como resultado, a economia argentina, por exemplo, caiu 2,5% em termos reais em 2014, o mesmo ocorrendo com o Brasil em 2015 (-3,5%), enquanto a taxa de crescimento diminuía notavelmente ao longo da região, com exceção da Bolívia e do Peru. O ano de 2015 destacou-se como o primeiro do século XXI no qual a economia latino-americana não cresceu. Os governos continuaram por algum tempo com um elevado nível de gasto público (fundamental para a estabilidade social), enquanto a renovada ameaça da inflação — ou seja, com os gastos superando o crescimento econômico — os obrigava a impor políticas de austeridade, sobretudo o governo de Dilma Rousseff, no Brasil, em 2014. Isso solapou a popularidade do governo no Brasil, na Venezuela e em alguma medida na Bolívia e na Argentina. Contudo, os governos neopopulistas conseguiram manter seu triunfo eleitoral, embora com margem e legitimidades cada vez menores.

Além disso, o modelo de desenvolvimento do neodesenvolvimentismo baseou-se no crescimento econômico e na redistribuição a qualquer custo, focando no avanço das forças produtivas e na melhoria das condições materiais de vida da população, especialmente dos mais pobres. Esse modelo produtivista negou os custos ambientais e sociais que traziam em si. Enormes áreas metropolitanas transformaram-se num hábitat pouco hospitaleiro para a maior parte da população, com taxas de urbanização superiores a 75% da população na maioria dos países. As condições de moradia, transporte, entretenimento urbano, poluição, habitabilidade do meio ambiente logo se deterioraram. Enquanto as medidas tradicionais de desenvolvimento humano (saúde, educação, renda) melhoraram, um

modelo de “desenvolvimento inumano” afetou negativamente a qualidade de vida da maioria da população. A economia criminal, uma violência selvagem, a delinquência “pervasiva”²¹ e o terror provocado por gangues transformaram-se no problema mais significativo da vida cotidiana em cada um dos países. Os meios de comunicação contribuíram para o pânico, expondo as ameaças atrozes à vida cotidiana de cidadãos comuns. A corrupção na política contribuiu para “construir” um sentimento compartilhado de falta de segurança.

Ao mesmo tempo, a consolidação de regimes estatistas, controlados por um partido poderoso, evoluiu para um Estado patrimonial-corporativo, no qual o acesso às empresas públicas tornou-se fonte de recursos, influência e poder para os movimentos neopopulistas, gerando uma corrupção generalizada do sistema político em quase todos os países. A tradição de transparência das políticas democráticas chilenas foi questionada, apontando redes de corrupção tanto entre os políticos conservadores quanto entre os da Nova Maioria (ex-Concertação), atingindo inclusive a família da presidente Michelle Bachelet, uma figura moral acima de qualquer dúvida.

Mais ainda: em vários países, os poderes extensivos do Estado foram reforçados com estratégias repressivas, e a polícia política (ajudada muitas vezes por agentes estrangeiros) resultou numa presença burocrática que penetrou toda a sociedade. As novas gerações de jovens, que cresceram na democracia e foram educados, informados e adquiriram a capacidade de comunicar-se pela internet, logo sentiram a presença opressora de um Estado patrimonialista. O estatismo não conseguiu sufocar as demandas éticas e de liberdade de vários movimentos de jovens.

De fato, a desconfiança em relação às instituições é elevada em todos os países da região. Em 2016, a proporção de pessoas que desconfiavam tanto das instituições políticas quanto do Estado era de pelo menos 63%

em todos os países, salvo no Uruguai, onde a porcentagem cai para 51%.²²

A convergência de crítica ao desenvolvimento inumano, denúncia da corrupção estatal e política e piora das condições de vida em razão do impacto do estancamento econômico e das políticas de austeridade desencadeou o surgimento de movimentos sociais em vários países, em particular Brasil, Venezuela, Nicarágua, Chile e México. Esses movimentos desafiaram diretamente os regimes políticos e suas políticas, centrando-se na reivindicação por formas alternativas de representação política.

Originalmente, como no Brasil em 2013, por exemplo, tratava-se de movimentos espontâneos e representados pela população mais jovem, com o projeto de uma sociedade melhor. No entanto, logo os setores médios juntaram-se à mobilização, preocupados com a perda de seus benefícios, como na Venezuela ou no Brasil em 2015. As sociedades dividiram-se, e a legitimidade do neodesenvolvimentismo e de sua agência, o estatismo, dissipou-se gradualmente.

Mobilização e protestos das novas classes médias

Um fato que adquiriu importância política e cultural significativa na segunda década do século XXI em boa parte dos países do continente foi o dinamismo de protestos e mobilizações das classes médias, sobretudo das novas classes médias resultantes dos processos de mudança que tiveram lugar sob os regimes neodesenvolvimentistas, mas também sob governos com orientações neoliberais e conservadoras, como o Peru.

As classes médias tornaram-se mais complexas e cresceram no período 2000-18. Durante esses anos, os preços dos bens primários aumentaram, e o Estado conseguiu implantar políticas distributivas que melhoraram a renda da população. Isso, associado à força e à

importância de transformações na tecnossociabilidade cotidiana, e em vários casos com participação cidadã, mudou a subjetividade desses setores. O relatório da Latinobarómetro de 2018 mostra tendências que ilustram tal complexidade; nesse sentido, destaca-se a relação entre a autoclassificação das pessoas como integrantes da classe média e o reconhecimento da legitimidade da democracia: a primeira incide positivamente sobre a segunda. De acordo com especialistas da Latinobarómetro, as classes médias de Uruguai, Equador, Costa Rica e Bolívia — os dois primeiros com indicadores de autoidentificação de 50% e os dois outros, de 49% — seriam um pilar da democracia em seus países. Da mesma forma, os países com menor índice de autoidentificação com as classes médias eram Nicarágua, Brasil, Honduras e Venezuela, onde os que se autorreconhecem como pertencentes a esses setores oscilavam entre 20% e 30% da população; nestes países, a legitimidade da democracia seria mais baixa. Por outro lado, um dado curioso é que Argentina e Chile, países de referência pela importância histórica de suas classes médias, com aproximadamente um terço da população objetivamente pertencente a esses setores, diminuíram sua autoidentificação de “classe”. Sendo assim, fica evidente que as classes médias estão vinculadas não somente às rendas, mas também às subjetividades e práticas cidadãs.

Um tema fundamental ligado a esse novo dinamismo das classes médias foi a redução do número de pobres em todo o continente, particularmente, dada a sua magnitude, no Brasil. Isso implicou uma mudança no modo de vida e de consumo, na educação e na saúde. Contudo, também gerou expectativas e uma superideologização política, que identificou as novas classes médias com o progresso social e a democracia.

Mais adiante, com a queda da demanda e dos preços dos produtos primários e com os efeitos da crise global, ocorreu não apenas uma

contração econômica, mas também uma redução da renda e das políticas de distribuição social. Isso gerou um forte mal-estar coletivo, em especial nesses novos setores médios. Uma espécie de frustração de expectativas colocou-se no centro político dos diferentes países latino-americanos. Se juntarmos a isso os escândalos de corrupção e a crise de legitimidade do Estado e do sistema político, são compreensíveis as mobilizações e os protestos dos setores médios e seu variado impacto sobre os processos eleitorais.

A dinâmica de mobilizações e protestos não foi homogênea, dependendo antes de cada situação política nacional particular.

Assim, no Brasil, por exemplo, as mobilizações posteriores aos chamados movimentos do “Passe Livre” (2013), que tinham caráter mais progressista, desenvolveram-se e expandiram-se numa série de manifestações críticas ao regime neodesenvolvimentista liderado pelo PT que desempenhou papel importante no triunfo de Jair Bolsonaro, nem tanto pelo apoio ao candidato, mas pela crítica e a indisposição em relação ao governo Dilma Rousseff e ao PT. A questão é saber por que esses grupos mudaram de atitude diante do PT. Entre os fatores que hipoteticamente influíram estão a manipulação das redes sociais pelos grupos conservadores ou críticos ao PT, sobretudo nas principais metrópoles — como Rio de Janeiro e São Paulo — e nos estados do Sul, e também a imagem desgastada dos partidos políticos, não alheios a uma cultura de corrupção, os meios de comunicação tradicionais, os serviços de informação e a dinâmica psicológica envolvente das mobilizações. Numa conjuntura eleitoral, impôs-se a imagem de que todos perderam, menos aqueles que manipularam o poder e que teriam gerado a corrupção. Como afirma Marco Aurélio Nogueira, o antipetismo permitiu, em grande medida, a vitória de Bolsonaro.

A questão, contudo, aparentemente é mais complexa, pois os bons resultados em termos de mobilidade social obtidos pelo “modelo lulista”

— que corriam o risco de retrocesso com a crise econômica — e a perda de legitimidade do sistema político institucional nos diversos setores sociais, em especial nos setores médios, parecem ser fatores adicionais que explicam a frustração e a nova realidade política brasileira.²³

No caso da Nicarágua, o detonador foi o anúncio da reforma do Instituto Nicaraguense de Seguridad Social, que aumentava as contribuições de empregados e empresas e impunha 5% de contribuição para os aposentados. A explosão alastrou-se depressa, gerando um enorme descontentamento social e uma tremenda espiral de violência que culminou em muitos mortos, feridos e presos. Estudantes, aposentados, setores médios, empresários, ONGs, Igreja católica e outros setores, sobretudo em Manágua e León, foram os protagonistas dos protestos. As mobilizações receberam o apoio dos meios de comunicação e de vários governos da região, gerando um clima de insatisfação e crítica em relação a um poder cada vez mais ilegítimo. O país viveu sob um Estado repressivo e autoritário, num cenário obscuro e aparentemente sem saída, que, entre outras consequências, motiva cada vez mais as migrações.²⁴

Na Bolívia, a situação é particular, dado que os níveis de crescimento e de distribuição se mantiveram positivos: em 2019, a economia sul-americana que mais cresceu foi a da Bolívia. A questão, nesse caso, é mais político-institucional e ideológica. O fato de o governo não aceitar os resultados negativos do plebiscito de 21 de fevereiro de 2016 e a criação de novas saídas institucionais para viabilizar a candidatura de Evo Morales geraram rejeição, especialmente entre os setores urbanos médios e altos das áreas metropolitanas de Santa Cruz, Cochabamba e La Paz. Uma importante mobilização nas redes sociais, impulsionada por jovens de classe média, redefiniu o jogo político boliviano, sobretudo em relação às eleições presidenciais.

Vale a pena destacar que as diferenças étnicas tiveram um efeito importante. O núcleo indígena rural continuou a apoiar o governo, enquanto os setores médios mestiços e brancos das grandes metrópoles apoiaram a oposição, centrada na figura do historiador e comunicador Carlos Mesa e baseada numa rede informacional denominada Comunidade Cidadã. Parece que a equivocada atuação política do Movimiento al Socialismo (MAS) no caso do plebiscito fez com que, de maneira similar ao que ocorreu no Brasil, os novos setores médios que haviam apoiado o governo do MAS no passado passassem a questionar sua legitimidade e acabassem se juntando a setores de oposição, alguns dos quais pareciam querer reeditar um tipo de dominação conservadora e racista. O país entrou numa lógica de polarização que teve consequências decisivas na confrontação das eleições presidenciais.²⁵

Se retomarmos as conclusões sobre a estratificação social analisadas nas páginas anteriores, podemos pensar, neste capítulo, que as relações entre estratificação e subjetividade não são mecânicas nem diretas: pelo menos em curto prazo, não é possível asseverar que o objetivo determinará o subjetivo. Segundo analisamos, as subjetividades das classes médias parecem ser antes um fator importante no devir dos cenários políticos. A modernização não cria legitimidade mecanicamente: ao contrário, em condições como as analisadas, pode provocar seu questionamento.

A tripla crise da América Latina

Em 2019, a América Latina entrou num período de incerteza econômica e instabilidade política. A nova estrutura social formada durante o período de crescimento da década de 2000 deixou de dialogar com os agentes políticos que chegaram ao poder graças à sua luta contra o neoliberalismo. Num processo de conflitos e contradições nas duas

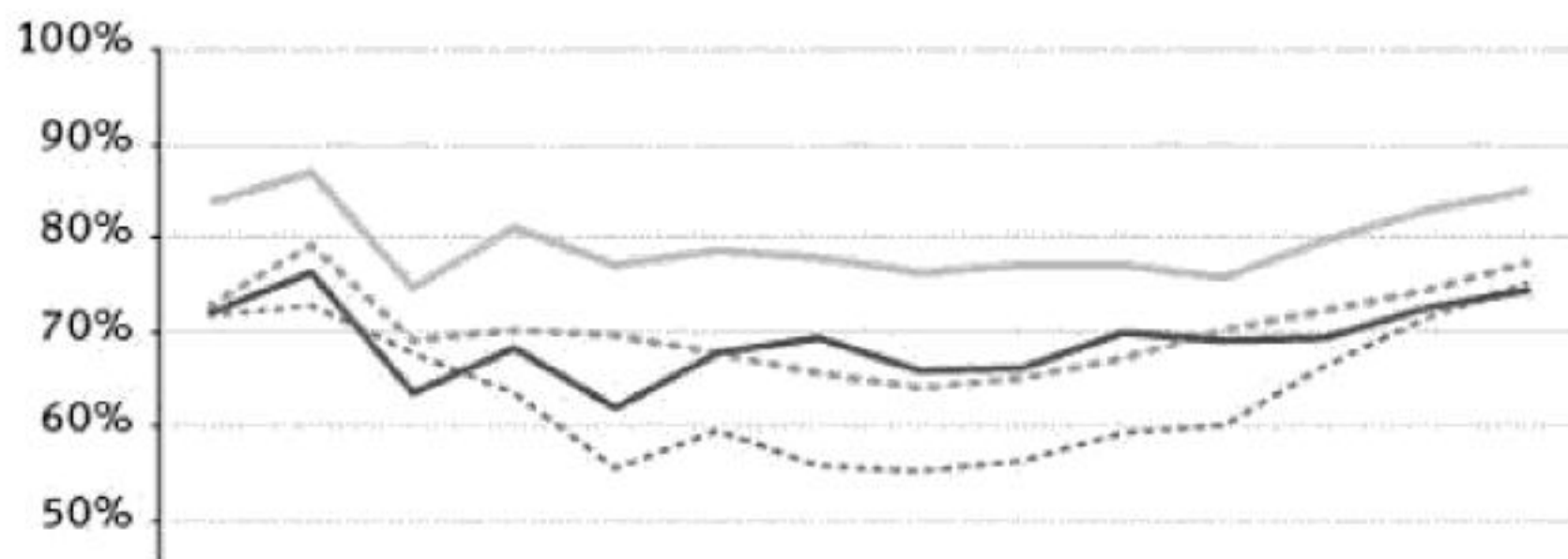
primeiras décadas do século XXI, a América Latina viveu a ascensão e crise tanto do neoliberalismo quanto do neodesenvolvimentismo.

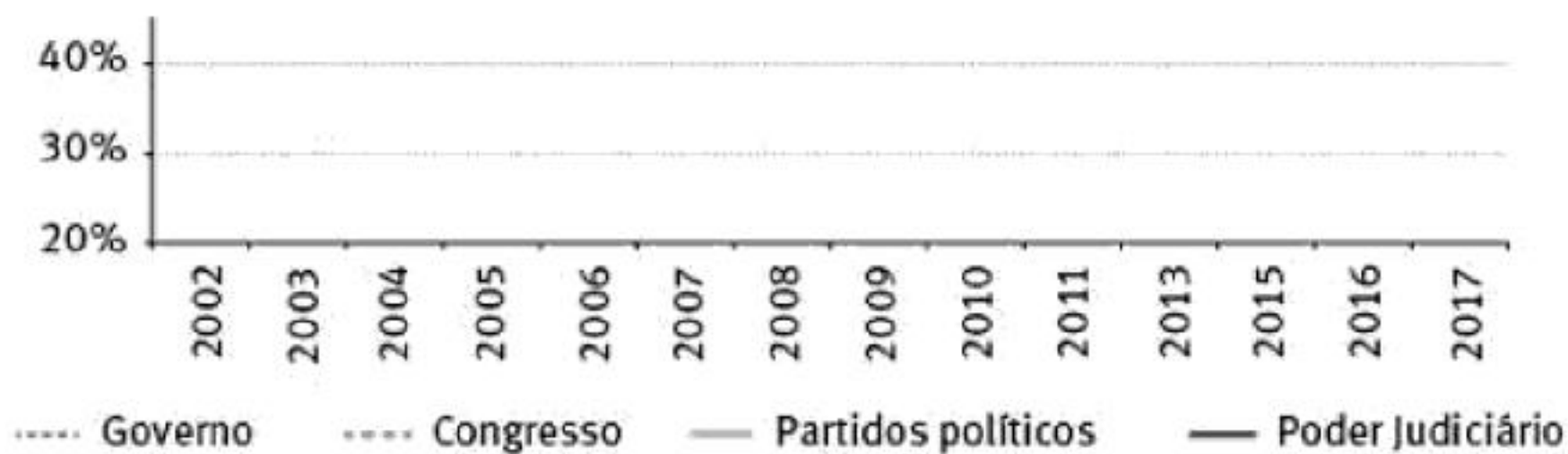
São, portanto, três as crises que transformaram a América Latina: do neoliberalismo, do neodesenvolvimentismo e de legitimidade política e institucional, produto do fracasso de ambos os modelos.

O neoliberalismo exacerbou a desigualdade (que o neodesenvolvimentismo não resolveu, apenas aliviou), e o neodesenvolvimentismo, por sua vez, exacerbou o estatismo e, por conseguinte, a corrupção, pois as expressões dos interesses desviaram-se do mercado para o Estado. A crise de legitimidade daí resultante afetou o sistema político e estendeu-se às instituições, induzindo conflitos permanentes entre grupos de poder que utilizavam os juízes e os meios de comunicação para lutar entre si. A ausência de mecanismos de agregação de interesses e de negociação institucionalizada levou a uma crise multidimensional.

A crise não é essencialmente econômica, graças à inserção dinâmica na globalização, nem social, posto que a maioria dos países reduziu a pobreza, a pobreza extrema e até a desigualdade. É uma crise de valores e uma crise de confiança generalizada, que levam ao conflito sórdido e permanente entre atores, à ruptura de qualquer consenso e à ausência de regras de jogo compartilhadas.

**Figura 1.3. Falta de confiança nas instituições
Total América Latina, 2002-07 (%)**





Nota: Soma das respostas “pouca confiança” e “nenhuma confiança”.

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados de Latinobarómetro.

Da mesma forma, a osmose entre a lógica de instituições em crise e a lógica da economia criminal ascendente reforça a incerteza. A penetração do Estado pelo narcotráfico ocorre no plano nacional, mas sobretudo regional e local, e não somente em países como México, Colômbia ou Peru, mas também Brasil, Venezuela e América Central, com exceção da Costa Rica.

E é assim que, sobre a base dessa trama social comum, na diversidade de situações nacionais, se sobrepõe um conjunto de transformações multiculturais e de mudanças no espaço público e na comunicação. Contudo, é no sistema político e no Estado que se concentra a crise e que os conflitos da nova realidade latino-americana se fazem mais evidentes.

* Nome que se deu à crise econômica no México, em 1994. (N. T.)

** *Corralito*: em espanhol, “cercadinho”; política adotada pelo então presidente argentino Fernando de la Rúa em 2001 para evitar a retirada de dinheiro de contas e poupanças que seria trocado por dólares ou transferido para o exterior. (N. T.)

*** A Concertação, ou Concertación de Partidos por la Democracia, foi uma coalizão eleitoral de partidos políticos chilenos de centro-esquerda unindo social-democratas e democratas-cristãos para se opor ao plebiscito presidencial convocado pelo governo de Pinochet, que tinha a intenção de permanecer no cargo. A Concertação manteve-se na presidência do Chile de 1990 a 2010, quando foi eleito o representante da direita Sebastián Piñera. (N. T.)

2. Um novo sistema produtivo: extrativismo informacional e mundialização dos mercados

O EXTRATIVISMO É UM DOS PRIMEIROS traços característicos das economias e culturas da América Latina e do Caribe, além de ter determinado o lugar que nossas economias e sociedades ocupam no mundo. Fomos e somos vistos como países com culturas econômicas extrativistas, apesar das variadas tentativas de industrialização, substituição de importações e integração social.

O nome da Argentina provém da prata de Potosí, e o do Brasil, de uma madeira (pau-brasil). *El poder y la caída*, de Sergio Almaraz Paz, é um livro magnífico, que narra o drama político e econômico do estanho na Bolívia; já Fernando Ortiz ilustra as economias e culturas do tabaco e do açúcar em Cuba. O romance *O outono do patriarca*, de Gabriel García Márquez, mostra um tirano que resolve vender o mar, deixando apenas a areia. Os ensaios de Manuel Ugarte formulam esperanças emancipadoras associadas à ideia de Pátria Grande, e *As veias abertas da América Latina*, como escreveu Eduardo Galeano, desenham frustrações, dores e obstáculos, todos eles associados a essa atividade.

Grande parte da literatura sociológica e econômica gira em torno do modo de caracterizar e escapar do extrativismo e de industrializar-se. A pesquisa de Torcuato di Tella, Alain Touraine e outros sobre as minas de carvão e ferro, e também sobre os sindicatos em Lota e Huachipato, no Chile, é um clássico fundamental a respeito do tema. A proposta de transformação produtiva com equidade pensada por Fernando Fajnzylber e promovida pela Cepal representou uma aposta para sair de um sistema principalmente extrativo.

Por conseguinte, os recursos naturais — como terra, minas, petróleo, água — e as formas de organização social de origem colonial que os acompanharam, sobretudo a *hacienda*,* constituíram cárceres de longa duração nos quais se aninharam formas de dominação e de resistência. É isso que, em modos e tipos diversos, carregamos como fardo, para além das diferenças nacionais.

O estudo *Navegar contra el viento: América Latina en la era de la información*¹ tem como uma de suas principais conclusões o fato de que, nas últimas décadas, a região tem vivido um novo tipo de extrativismo, ali denominado “informacional”, que constituiria a principal forma de inserção das economias da América Latina na globalização. De fato, estaríamos vivendo como que uma transição entre o extrativismo industrial e uma espécie de “extrativismo informacional”, mas sem deixar de lado a importância dos setores de trabalho e o mundo do emprego informal — a ocupação estatisticamente mais significativa na região. As comunidades de povos originários ou afrodescendentes constituem, por seu lado, um recurso, mas também uma resistência contra essas novas economias.

Efetivamente, uma nova dinâmica econômico-tecnoinformacional, que se constitui e funciona em rede, tem se generalizado em todos os países. O número de empresas instaladas ou reinstaladas na região com tais características é muito grande, assim como as formas de negociação e resistência que elas geraram.

Os novos empreendimentos extrativos têm características particulares, segundo a experiência histórica e cultural do território, e são muito distintos segundo o tipo de empresa transnacional em questão e, sem dúvida, segundo o tipo de atividade, seja ela mineradora, petroleira, agrícola ou de infraestrutura. O gênero de associação adotada pelas empresas, Estados e sociedades regionais e locais também tem influência. Precisamente por isso, a dinâmica extrativo-informacional é

muito variada segundo as distintas territorialidades, inclusive dentro de um mesmo país.

Neste capítulo, o enfoque adotado é de que o “extrativismo informacional” é inseparável de sua territorialidade e de que ambos não só são indissociáveis como tendem também a produzir um novo campo de conflito histórico que se expressa igualmente nas redes sociais internacionais, dado que o impacto ambiental das explorações extrativas é tão global quanto as empresas com as quais elas interagem.

O “extrativismo informacional”

Trata-se fundamentalmente de uma nova dinâmica capitalista baseada numa dinâmica tecnoeconômica que funciona em redes e núcleos globais de produção, comercialização e gestão financeira do produto extraído. Por esse motivo, chamamos os novos produtos, metaforicamente, de cobre informacional, gás informacional, soja informacional e até mesmo cocaína informacional, de vez que sua produção se assenta em múltiplas cadeias de valor que vão desde a exploração e prospecção dos recursos naturais, com a incorporação dos avanços da ciência e da tecnologia em especialidades muito dinâmicas e particulares, até as redes globais de comercialização e financiamento.

Um elemento crucial desses novos empreendimentos é que eles são necessariamente integrados — dada a competência internacional — a sistemas de inovação que dependem da pesquisa científica e tecnológica, e funcionam em redes e núcleos estratégicos. Nesse sentido, a capacidade científica e tecnológica de um país ou região é crucial para ponderar a dinâmica e o poder de negociação e integração com essas novas empresas. Como veremos adiante, um caso paradigmático é o das empresas Grobocopatel nos pampas úmidos da Argentina, onde os

sistemas universitários vincularam-se a — e alimentaram os — sistemas produtivos.

Grande parte da força dessas empresas está ligada ao dinamismo do mercado do produto em questão e do sistema financeiro internacional, que também funciona baseado em escalas, cadeias e núcleos informacionais. Os lucros do produto natural informatizado são, portanto, resultado da combinação do recurso natural com a introdução de tecnologias nos diversos momentos produtivos para obter ganhos maiores com a escala introduzida.

Em geral, as empresas informacionais são aquelas que extraem, processam e administram a montagem de seus produtos. Além disso, estão interconectadas com outras empresas, com as quais especializam e terceirizam suas atividades, e das quais recebem bens e serviços especializados, necessários para seu dinamismo empresarial.

Esses dinamismos são inseparáveis dos financiamentos, sobretudo externos, e da expansão dos mercados que possam garantir uma rentabilidade em geral extraordinária. Tudo isso faz com que as empresas exijam que as redes e cadeias de intercâmbios produtivos, comerciais ou financeiros se associem a sistemas de pesquisa científico-tecnológica para facilitar a interação produtiva e o sucesso no mercado. Desse modo, as dimensões do funcionamento das empresas extrativas informacionais vão ganhando posições e acumulando no mercado global, que, ademais, é regido pela competição e pelos diversos sistemas de poder empresarial.

Por último, um elemento crucial desse funcionamento informacional é o aspecto político e comunicacional, sobretudo como resultado de seus impactos ambientais. Isso supõe a construção de uma matriz complexa de estratégias de negociação tanto com os Estados nacionais e locais quanto com as organizações territoriais afetadas por sua atividade.

Por isso a chamada “governança” é um tema crucial para essas empresas.

A territorialidade

Vale a pena mencionar que as atividades extrativas dependem das características ecológicas dos territórios, de suas dinâmicas socioculturais e sobretudo do impacto ambiental que produzem.

Nas empresas assentadas nos territórios existem dois grupos principais de trabalhadores. Um grupo de trabalhadores altamente qualificados em atividades extrativas, especializados e com amplo domínio de códigos de informação e de adaptação à mudança tecnológica informacional; e outro reunindo os trabalhadores menos qualificados e complementares às atividades empresariais informatizadas. Estes são operários temporários ou que têm inclusão limitada, com frequência substituídos por novos maquinários. Eles fazem parte da territorialidade e das relações políticas e sociais que lá se desenvolvem.

A territorialidade supõe a relação dinâmica entre uma natureza que cria e reproduz biodiversidade e uma matriz de relações socioterritoriais, muitas vezes multiculturais, que interagem usando e com frequência destruindo a capacidade de resiliência da natureza e de seus sistemas ecológicos. As empresas informacionais introduzem na exploração extrativa inovações cuja consequência, muitas vezes, é a degradação ou diminuição da capacidade de resiliência da natureza.

As territorialidades são também construções socioculturais e político-institucionais. São espaços vinculados a sociedades regionais ou locais que têm uma tradição e uma cultura em relação à natureza. A relação com a natureza cultivada pelos povos andinos, em torno da convivência

em ambientes ecológicos distintos, é um bom exemplo de interação fecunda entre culturas e territórios ecológicos diversos.²

Juan Wahren argumenta que “definimos o território como um espaço geográfico atravessado por relações sociais, políticas, culturais e econômicas que é ressignificado constantemente pelos atores que habitam e exercem suas práticas nesse espaço geográfico, configurando um cenário territorial em conflito pela apropriação e reterritorialização do espaço e dos recursos que ali se encontram”.³

Os diversos atores territoriais tendem a atuar não somente em seus territórios, mas também em rede. Nela encontram apoio, solidariedade e até mesmo financiamento. Além disso, o impacto das degradações ambientais que podem experimentar diretamente em seus territórios pode ter efeito global, por sua incidência nas mudanças climáticas que afetam a todos nós.

Como analisaram o *Relatório de desenvolvimento humano mundial* de 2007-08 e vários outros, como o de 2006 sobre a água, ambos do Pnud,⁴ os países que mais contaminam são aqueles que têm índices de desenvolvimento mais altos, e os que mais sofrem os efeitos são os com menor nível de desenvolvimento humano. No entanto, as consequências da contaminação são diversas e ocorrem em escala global; assim sendo, a territorialidade local é também global e informacional e é um novo campo de conflito que se nutre de experiências concretas.

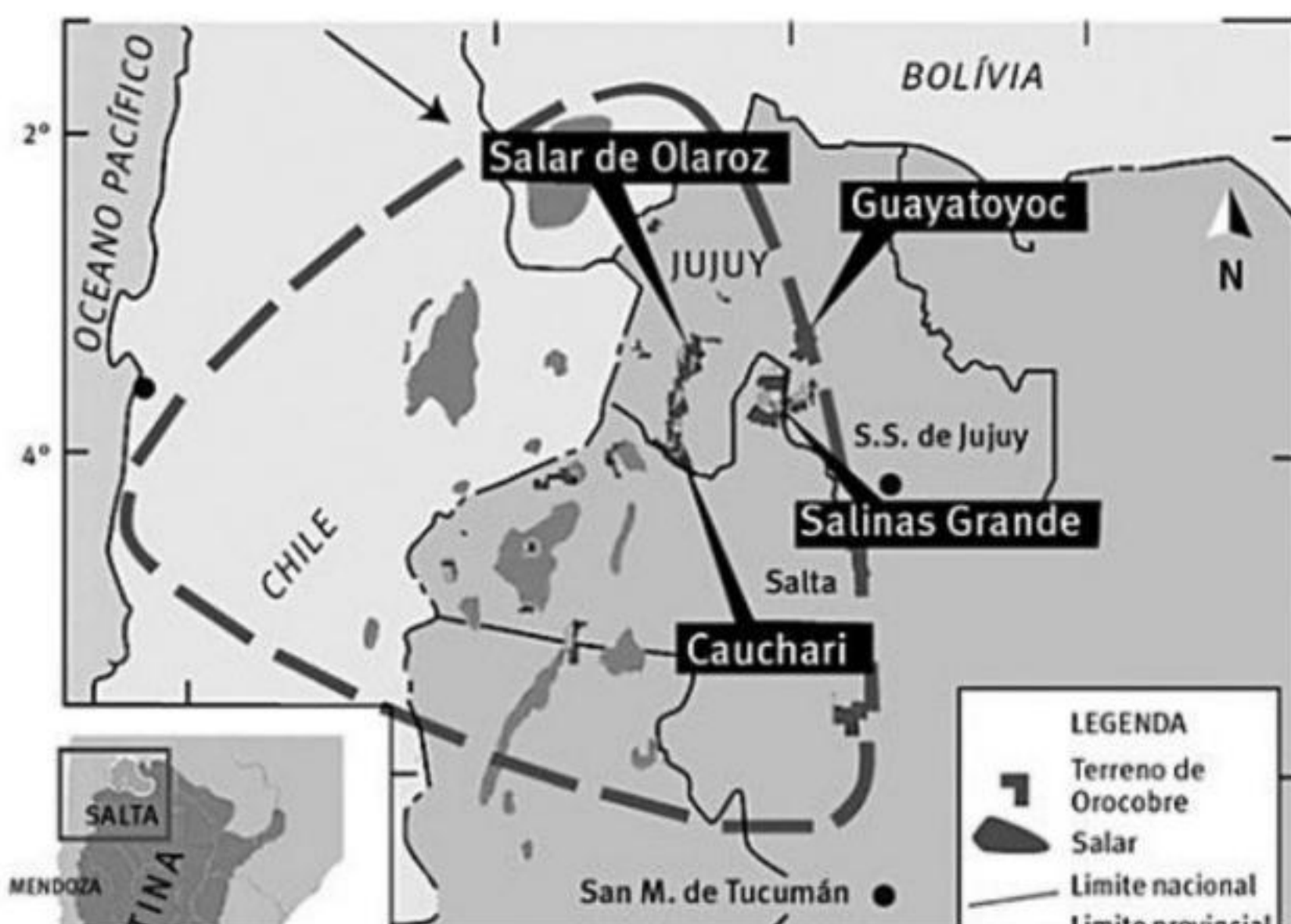
Veamos alguns exemplos dessas dinâmicas variadas do “extrativismo informacional” e das territorialidades.

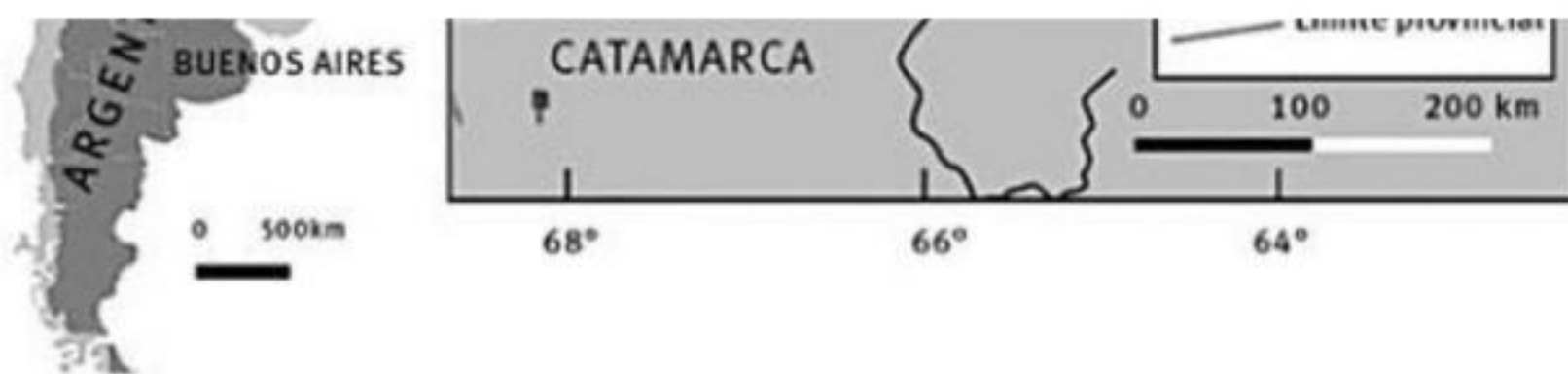
Os casos do lítio em Jujuy, da soja em Carlos Casares (no pampa úmido da província de Buenos Aires) e dos hidrocarbonos não convencionais em Vaca Muerta

Na Argentina, assim como em outros casos nacionais,⁵ pode ocorrer a convivência de diversos tipos ou modos de desenvolvimento informacional extrativo. Temos, por exemplo, a convivência de pelo menos três modelos.

Na província de Jujuy, na nova economia extrativa do lítio, os processos produtivos e de organização informacional encontram-se predominantemente ligados às empresas transnacionais. Há ali uma dinâmica dual. De um lado, os processos extrativos simples, sobretudo nas primeiras etapas, que usam mão de obra local, e de outro lado os processos complexos de reelaboração e processamento do mineral para transformá-lo numa série de produtos tecnológicos informacionais, usando em grande parte mão de obra vinda do exterior. De acordo com informações fornecidas pela empresa Sales de Jujuy, em 2017 ela havia gerado 270 empregos diretos, dos quais cerca de 120 eram trabalhadores residentes nas comunidades.⁶

Figura 2.1. Mineração de lítio. Localização do Salar de Olaroz





Fonte: D. Pragier e J. P. Deluca, “Minería del litio en el Salar de Olaroz”.

A empresa Sales de Jujuy S.A. é uma aliança entre a fabricante japonesa de automóveis Toyota Tsusho, a mineradora australiana Orocobre Limited e a empresa regional Jujuy Energía e Minería, sociedade da província de Jujuy. O principal financiamento provém do Banco Mizuho, do Japão, que além disso tem garantias da Japan Oil, Gas and Metals National Corporation. Para tanto, o acordo entre as empresas extrativas e as multinacionais demandantes do produto supõe que estas últimas garantam o mercado numa faixa de preço determinada.

No caso da YPF S.A., na formação Vaca Muerta, situada na província de Neuquén, no Sul da Argentina, ocorre uma combinação de extrativismo industrial petrolífero com complexos procedimentos tecnoinformacionais em rede, que abarcam sistemas de importação e processamento de areia da China e poços dos quais se extraem gás e petróleo, monitorados informacionalmente por meio de núcleos da mesma empresa. Também destacam-se as novas tecnologias horizontais do *fracking*, ou fraturamento hidráulico, e os diversos sistemas financeiros e de comercialização organizados e administrados em rede. Tudo é parte de uma rede global de redes.

Figura 2.2. Formação Vaca Muerta, província de Neuquén, Argentina





Fonte: Subsecretaria de Energía, Minería e Hidrocarburos, província de Neuquén, Argentina.

Quanto à soja produzida pela empresa Grobo Agropecuaria, da família Grobocopatel, o sistema de organização e gestão é totalmente informacional, incluindo redes amplas de trabalhadores diferenciadas por especialidades segundo o tipo de atividade, que vão desde jovens que processam algoritmos até especialistas em economia financeira na rede global. O núcleo principal, em Carlos Casares, organiza e processa desde as atividades extrativas da soja até sistemas de promoção, comercialização e gestão financeira no nível global. Vale a pena conhecer melhor essa experiência.

A unidade empresarial fundamental instalada em Carlos Casares, província de Buenos Aires, é uma empresa informacional altamente inovadora, que se organiza com base numa divisão tecnoinformacional

do trabalho, na qual diversos núcleos trabalham em temas específicos relativos a todas as etapas do processo econômico, vinculadas entre si e com outras redes “glocais” e, muito especialmente, com o sistema de pesquisa universitária agrícola, em particular o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária e a Universidade de Buenos Aires.

Os núcleos de trabalho incluem desde unidades de estudos da dinâmica tecnológica produtiva específica (para determinados momentos do ano), e também orientadora dos processos de semeadura, colheita e armazenamento no território de Carlos Casares, até complexas unidades financeiro-comerciais que organizam a comercialização e a estratégia produtiva. Há também unidades de estudos de comercialização, venda e projeções dos preços da soja nas diversas Bolsas de Valores internacionais, integradas e vinculadas, desde o início, a unidades de pesquisa científico-tecnológica do país e da região.

Figura 2.3. Sucursais da Grobo Agropecuária





Fonte: Los Grobo Agropecuária.

Do ponto de vista cultural, esses núcleos geraram uma cultura de trabalho informacional baseada na valorização da inovação e das capacidades científico-tecnológicas do pessoal como eixos do desenvolvimento agrícola e territorial, o que influenciou todos os produtores do pampa úmido e se expandiu para outros países e regiões da América do Sul e do Caribe.

Em termos políticos, para além da orientação partidária da municipalidade e da região, a atividade e os empreendimentos de integração social e participação cultural (por exemplo, nas escolas públicas) da empresa são altamente valorizados pela cidadania local. A oposição feita a eles é sobretudo de caráter extraterritorial. Diz Gustavo Grobocopatel:

Nós aprendemos a fazer agricultura fora dos nossos campos como consequência de uma inundação, e percebi então que não tinha sentido possuir terra própria. Que podia crescer enormemente em superfície semeada com pouco dinheiro e muito depressa. Depois tudo se sofisticou, mas creio que aí está a matriz conceitual de nosso modelo de negócios: é possível fazer agricultura sem terras, sem capital e sem trabalho. Sem terra, porque você aluga; sem trabalho, porque terceiriza; e sem capital, porque toma emprestado. Não sei se somos os criadores, mas somos os que levamos mais longe essa ideia.⁷

Contudo, conforme argumenta Juan Wahren, isso ocorre num contexto macroterritorial muito complicado. A Argentina utilizava somente 10 mil litros de agroquímicos no final dos anos 1940, número que aumentou para 3,5 bilhões na década de 1970. Mas, a partir de 1996, ano em que foi autorizado o uso da semente transgênica de soja, aos já

69 bilhões de agroquímicos tradicionais somaram-se 200 bilhões de litros de glifosato — e, segundo algumas fontes, acabaram por chegar a 300 bilhões de litros. Ou seja, estamos na situação inédita de 19 milhões de hectares de soja transgênica e cerca de 370 bilhões de litros de agroquímicos cuja inocuidade não foi comprovada, de modo que o princípio precautório não foi respeitado.

Quanto às relações e organizações trabalhistas dessas três empresas, o panorama é diverso. No caso do Salar de Olaroz, em Jujuy, são organizações comunitárias andinas, compostas majoritariamente por jovens, que participam das atividades empresariais nas tarefas mais duras e simples. Cabe assinalar também que algumas comunidades se negaram a participar dos empreendimentos, comunidades nas quais ocorreram processos de fracionamento comunitário e onde imperam relações de desconfiança em todo o espectro territorial.

Em Vaca Muerta, no ponto mais alto da estratificação trabalhista existe uma espécie de “aristocracia operária” com níveis importantes de capacidade tecnológica e altos padrões salariais, que fortalecem uma cultura petrolífera histórica e privilegiada da região e do país, e com sindicatos exclusivos, que processam de maneira pragmática os seus interesses. Do outro lado, há uma série de trabalhadores temporários e parciais que alimentam de modo diverso o complexo extrativo. Outro fator fundamental de seu dinamismo é a terceirização de várias atividades, seja com empresas nacionais, seja com consórcios internacionais.

Um ator de peso e impacto territorial significativo são as comunidades mapuches e suas redes de organizações trabalhistas e de ONGs de alcance internacional, como os mapuches no Chile e os sioux nos Estados Unidos. Seu questionamento é sobretudo ecológico, em virtude da possível contaminação dos lençóis freáticos no território. Também há outras organizações sindicais e empresariais regionais que

participam e interagem no empreendimento petrolífero. Nesse marco, um importante ator de referência são as unidades de pesquisa da Universidade Nacional de Comahue.

O impacto sobre o meio ambiente, a contaminação da água e seus diversos efeitos sobre o ecossistema são algumas das consequências comuns desses empreendimentos. No Salar de Olaroz, por exemplo, a mina de lítio exige uma significativa quantidade de água que, num ecossistema frágil como o das salinas secas, costuma escassear.

A menor alteração das condições desses ecossistemas pode causar grandes alterações em seu equilíbrio. Por isso, a mina de lítio preocupa as comunidades locais e vizinhas, que veem como ameaça a utilização de fontes de água, um bem comum escasso e fundamental para a vida e para os modos de vida ancestrais, como a criação de lhamas e a cultura de altitude. De fato, em várias entrevistas com atores locais, a mina de lítio é chamada de “mina d’água”: o conflito não é pela extração do lítio, mas pelo acesso à água.

A intensidade do uso de água na mina de lítio depende tanto do método de extração quanto do nível de concentração de lítio na salmoura. De acordo com a concentração de lítio no Salar de Olaroz informada no estudo definitivo de factibilidade, é possível estimar que, para cada tonelada de lítio extraída, cerca de 2 milhões de litros de água evaporam, ou seja, para cada grama de lítio são necessários dois litros de água.⁸

Em Vaca Muerta, as expectativas são divergentes no que diz respeito às consequências ecológicas ou ambientais do *fracking*. A heterogeneidade dos empresários, o governo provincial, a sociedade civil, os sindicatos e as comunidades mapuches associam-se, em suas diferenças, a uma multiplicidade de cosmovisões. Os mapuches questionam a lógica extrativista, as empresas a veem como o caminho para o desenvolvimento, os cidadãos locais têm perspectivas

intermediárias, mas com desconfiança. O “risco” é colocado em debate o tempo todo: se é calculável e qual seria, portanto, o custo real da atividade, mas sobretudo qual o nível de esgotamento dos lençóis de toda a região? Se fosse possível mitigar os impactos ambientais e/ou fazer com que eles não fossem maiores que os gerados pela atividade convencional, e considerando apenas a demanda de energia, água e materiais (entre os quais se destacam aço, cimento e areia) concretizada segundo as perspectivas anunciadas, isso poderia acarretar transformações territoriais de uma magnitude ainda não avaliada.⁹

A contaminação agrícola é cada vez mais intensa em toda a região: “Na atualidade há na Argentina cerca de 12 milhões de pessoas que vivem em áreas onde são lançados 300 milhões de litros de agrotóxicos por ano”.¹⁰ A grande concentração de transgênicos e agroquímicos, dada a quantidade de hectares cultivados, converte o país numa espécie de primeiro laboratório a céu aberto.¹¹

Em Carlos Casares, de acordo com o estudo de referência de Wahren, não foram detectadas vozes questionadoras importantes em relação à empresa em particular ou ao modelo minerador em geral.

Não obstante, nos últimos anos apareceram na macrorregião assembleias e grupos de vizinhos cada vez mais fortes que se organizam para impedir as fumigações nos povoados e escolas rurais, que estão provocando um aumento das doenças respiratórias, dermatológicas e de câncer, associados por esses atores ao uso indiscriminado de agrotóxicos, principalmente o glifosato, herbicida de utilização mais extensiva na região. Esses povoados rurais das zonas-núcleo da produção do agronegócio somam-se às lutas camponesas e indígenas que denunciam espoliações e arbitrariedades por parte dos empresários do agronegócio em seus territórios, além de denunciar a contaminação das terras e fontes de água desde meados da década de 1990.

Até agora, nenhuma dessas ações coletivas parece ter chegado a Carlos Casares ou afetado diretamente a empresa Los Grobo, que se orgulha de seu próprio manual de boas práticas agrícolas, adotado inclusive por alguns municípios da área, além, obviamente, de Carlos Casares.

Em relação aos conflitos que ocorreram no Salar de Olaroz,

vão se conformando, em linhas gerais, dois grupos de interesses contrapostos: em certos setores da sociedade consolida-se uma identidade vinculada ao universo da mineração com características próprias da modernização, enquanto outra parte da sociedade rejeita esse modelo e busca a retomada de atividades tradicionais ou de alternativas para outros modos de desenvolvimento local. [...] Maior complexidade aparece quando se observa que também não existe uma homogeneidade de entendimento no interior de cada um desses grupos, pois é possível identificar matizes distintos, o que se expressa, por sua vez, na justaposição de identidades encontradas no território.¹²

Dentro das próprias comunidades, um primeiro enfrentamento ocorre entre os que são favoráveis e os que se opõem à instalação da empresa, cada um deles argumentando fundamentalmente acerca do modo de vida que escolheu, e o conflito latente fica visível quando eles se mostram incompatíveis. Aqui aparece uma clara distinção geracional: entre os jovens das comunidades (muitos dos quais fazem seus estudos em San Salvador de Jujuy) e os antigos habitantes, para os quais a pecuária e a agricultura tradicional continuam a ser a principal atividade econômica e cultural. Os jovens indígenas têm educação escolar, sabem como voltar-se para fora e na maioria dos casos já não dependem da economia pastoril. O sectarismo social é um traço comum na sociedade regional e na relação com a empresa.¹³

Em Vaca Muerta, por sua vez,

somam-se à crescente diferenciação social nas zonas urbanas os conflitos territoriais e socioambientais que alimentam uma frustração de expectativas a respeito dos impactos futuros da atividade petrolífera. Nesse contexto, os mapuches parecem ser um ator relevante de resistência e questionamento do modelo extrativista informacional, embora desconectados de outros atores que têm as mesmas demandas.¹⁴

Surgem disputas pelo sentido do desenvolvimento territorial. A exploração de hidrocarbonetos não convencionais (HNC) criou visões heterogêneas sobre o desenvolvimento territorial, abrindo um leque que compreende desde aqueles que questionam e se opõem à lógica extrativista (os povos originários e a Central dos Trabalhadores Argentinos, CTA) até os que veem nela um pilar do modelo de desenvolvimento a longo prazo (o Estado em seus diferentes níveis, empresários e funcionários), com uma ampla gama de matizes intermediários. Os debates públicos centram-se permanentemente no “risco” da atividade, se ele pode ser calculado e, por conseguinte, qual seria seu custo real. No entanto, as informações sobre o impacto socioambiental não são precisas, com frequência são ambíguas.¹⁵ Nesse sentido, não foram criados espaços de diálogo e canais de comunicação a partir das instituições públicas, o que se deve, em grande medida, a uma negação do outro e de suas demandas.

Isso gera uma incerteza sobre a evolução da dinâmica territorial, em particular os conflitos territoriais e ambientais que se reativaram em 2017, a partir de uma confrontação mais violenta. Em suma, diante da dinâmica recente dos enfrentamentos e da redução dos canais de intermediação e dos espaços de diálogo, projeta-se um cenário provável de aumento dos conflitos de alta intensidade (socioambientais e territoriais) a médio prazo.

Na área de Carlos Casares, ao contrário,

a Los Grobo parece ter construído quase uma “hegemonia perfeita”. Numa região onde a atividade agropecuária foi constitutiva e continua a ser estruturante da reprodução cotidiana, de forma direta ou indireta, da grande maioria dos habitantes, os questionamentos socioambientais gerados pelo modelo de agronegócio não parecem afetar a legitimidade da empresa e de seus principais referentes da família Grobocopatel.¹⁶

No entanto, têm surgido mais protestos, especialmente nas cidades, em relação às consequências desse modelo sobre o consumo dos produtos agroindustriais.

Vale a pena sublinhar que, na região de Carlos Casares, no pampa úmido argentino, o desenvolvimento informacional e a cultura empresarial em seu conjunto são basicamente endógenos. A empresa e a “cultura empresarial Grobo” constituem um modelo particular de sistema produtivo de comercialização e gestão empresarial em escala global que se originou e desenvolveu em consonância com atividades de pesquisa científicas e tecnológicas nas universidades argentinas.¹⁷

O setor petrolífero e de gás não convencional de Vaca Muerta é produto de uma aliança entre a empresa estatal YPF e um pool de transnacionais que já utiliza as tecnologias do *fracking* de maneira informacional, em função de uma dinâmica do mercado global. Assim sendo, há ali um espaço de intercâmbio e negociação do sistema de inovação e desenvolvimento científico-tecnológico entre a empresa estatal e suas aliadas transnacionais, com predominância da força e capacidade destas últimas, como a empresa Chevron, dos Estados Unidos.¹⁸

Nesse marco, a novidade é a forma de inserção dessas empresas em diversas territorialidades e multiculturalidades ao longo e ao largo de todo o país e, sobretudo, o seu impacto ambiental e político.

Os limites ecológicos do extrativismo informacional

A transição do extrativismo industrial para o extrativismo informacional envolveu o surgimento de um novo campo de conflito histórico entre empresas informacionais e atores territoriais globalizados e conectados em rede.

Passamos de uma classe operária de extrativismo industrial para atores territoriais informacionais. Isso implica uma classe operária organizada e integrada em torno de uma diferenciação funcional, coexistindo com organizações territoriais de diversos tipos: comunitárias, locais e opinião pública territorial na rede.

É possível constatar diferentes tipos de empresas informacionais com distintas vinculações para fora e para dentro, com tecnoeconomias de informação diferenciadas e redes globais diversas. E perceber também a presença de instituições, subjetividades e organizações sociais particulares com matrizes diversas de conflito, ou seja, organizações socioterritoriais, tecnoeconômicas e redes globais diversas.

Tudo isso implica uma nova práxis entre a realidade estrutural e as subjetividades, ou seja, as possibilidades e capacidades de agência informacional. As categorias de massa isolada ou de sindicato industrial moderno, muito importantes para explicar o extrativismo industrial, já estão defasadas ou subordinadas às novas formas da tecnoeconomia da informação e às redes sociais de poder.

Quanto às territorialidades, os efeitos nas sociedades locais são diversos, oscilam entre o conflito, a integração, a desconfiança e o sectarismo.

Em Carlos Casares, por exemplo, é possível reconhecer uma sociedade integrada; em Vaca Muerta, uma sociedade semi-integrada, mas conflitiva; já no Salar de Olaroz há fragmentação comunitária e um clima de desconfiança, numa região escassamente integrada e potencialmente muito conflitiva.

Uma tendência importante é a presença geral de um extrativismo que degrada o meio ambiente, mas provê recursos para políticas de integração social e de diversificação produtiva, ou de investimentos para fortalecer o mercado.

Com tudo isso, redefinem-se também as fronteiras territoriais num novo espaço informacional. Trata-se de economias e culturas que se transformam através das redes. As fronteiras extrativas mudam de diversas maneiras no âmbito real e informacional. E o Estado-nação mostra-se insuficiente e tem cada vez mais dificuldade para processar as mudanças.

Esses exemplos revelam também a dinâmica multicultural latino-americana de um “novo comunitarismo” ecológico, cujos traços básicos são a defesa do território, o reconhecimento das variadas demandas socioambientais, o questionamento do modelo extrativo informacional de desenvolvimento e sobretudo uma orientação cultural comunitária, que contesta a depredação ambiental e visa à valorização de formas de vida baseadas num pensamento ecológico.

* O regime de *hacienda* caracterizava-se pela grande extensão de terra dedicada à monocultura e utilizando trabalho escravo, a exemplo da *plantation* brasileira, mas com duas diferenças: na América espanhola, o escravo era indígena, e não africano; e a *hacienda* tinha relações mais fortes de comércio com as próprias colônias, e não com a metrópole. (N. T.)